



Na terra e pela Terra

Ivo Polleto

José Maurício Arruti

José Roberto Novaes

Lais Menezes

Dom Mauro Morelli



AGENDA 2000

Tempus fugit

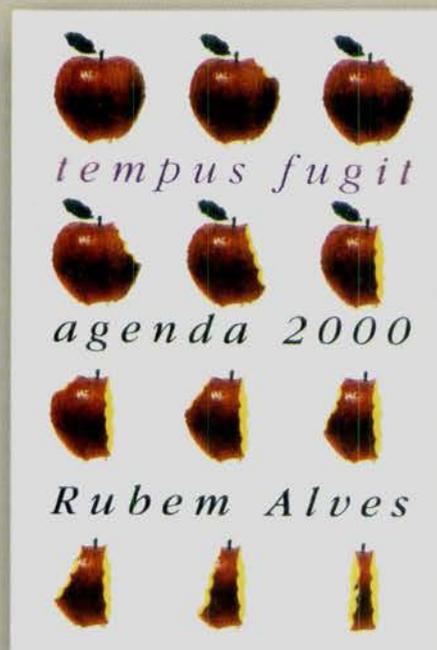
Rubem Alves

Tempus fugit. Este é o título que Rubem Alves escolheu para a agenda que a PRINTED lança.

Para cada um dos 366 dias do ano bissexto de 2000, o escritor selecionou um pensamento que convida o leitor a refletir sobre o tempo que passa (*tempus fugit*) e sobre a necessidade de, em quaisquer circunstâncias, cultivar a sabedoria de “colher o dia” (*carpe diem*).

Os textos da agenda foram selecionados a partir da experiência de um autor acostumado a falar diretamente com seus leitores. Boa parte dos pensamentos já existe incrustado em crônicas que a PAPIRUS teve o privilégio de publicar. Outra parte é inédita e, dia após dia do calendário que Rubem Alves desfia, acaba por transformar a agenda em uma peça literária, que o leitor/usuário terá a oportunidade de manusear.

Seja qual for o uso que se faça da agenda *Tempus fugit* — anotar compromissos, programar o dia ou somar aos escritos de Rubem Alves outros pensamentos — é importante ressaltar que o produto tem o cuidado editorial e gráfico da PRINTED (editora que surge a partir da PAPIRUS).



ESPECIFICAÇÕES

Papel: champis bulk 70gr/m²

Papel de capa: cartão super 6 350 gr/m²

Capa: 4 x 1 cores, plastificada

Acabamento: espiral wire-o

Nº de páginas: 376

Formato: 14 x 21cm

Preço: R\$ 24,00

PRINTED / PAPIRUS

Reserva de exemplares:

Papirus Editora / Departamento de Vendas

Caixa Postal 763 13001-970 Campinas SP

Telefones (019) 272-4500 / 272-4534 Fax (019) 272-7578

papirus@lexxa.com.br

www.papirus.com.br

Revista bimestral de KOINONIA
setembro/outubro de 1999
Ano 21 - nº 307

**KOINONIA Presença Ecumênica
e Serviço**

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (0**21) 224-6713
Fax (0**21) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader
Ivoni Reimer
José Oscar Beozzo
Francisco Catão
Jether Pereira Ramalho
Maria Emília Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Tânia Mara Sampaio Vieira

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR

José Bittencourt Filho

**EDITORA ASSISTENTE E
JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Helena Costa
Mtb 18619

**EDITORA DE ARTE
E DIAGRAMADORA**

Anita Slade

COPIDESQUE

Paulo Roberto Salles Garcia

REVISOR

Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

CAPA

Anita Slade. Foto J.R. Ripper

PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso

R\$ 3,00

Assinatura anual

R\$ 18,00

Assinatura de apoio

R\$ 25,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA

Narcotráfico e violência no campo 6

NA TERRA E PELA TERRA**MISSÃO**

Terra é vida 7

Ivo Polleto

PROPOSTA

Propriedade ou território? 10

José Maurício Arruti

DOCUMENTO

Campanha pela reforma agrária 14

DESCOMPASSO

**Desenvolvimento econômico
e meio ambiente** 17

Lais Menezes

ATENTADO

Trabalho infante-juvenil 21

José Roberto Novaes

DIGNIDADE

Pão e cidadania 26

Dom Mauro Morelli

AMEAÇA

**Transgênicos — o que vamos comer
no futuro?** 29

Grace Dantas

ALARME

"Rodada" ou Roubada do Milênio? 33

ESCOLARIZAÇÃO

Entre a igualdade e a diferença 34

Marcelo Gustavo de Souza

CIDADANIA

Contra a corrupção eleitoral 39

RUBEM ALVES

**Dor-de-ideia? Tome filosofia
uma vez por dia...** 41

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

Historicamente, a questão fundiária

em nosso País vem-se configurando como o "olho do furacão". A modernização compulsória no campo tem sido a principal responsável pela multiplicação das favelas e pelo inchaço das periferias urbanas, e pela formação de um exército de menores carentes, filhos e filhas de famílias desagregadas em virtude do chamado "êxodo rural", que se verifica desde os idos de 1940.

Na atualidade, a gravidade da questão fundiária, ensejou a consolidação do movimento dos trabalhadores rurais sem terras; um dos pouquíssimos movimentos sociais que conseguiu ultrapassar a perda de referência decorrente da demolição do "socialismo real". Por outro lado, há quem demonstre que a agricultura nacional tem sido um dos setores econômicos mais atingidos pelos ajustes do Plano Real e pelo receituário do FMI.

Tudo isso sem contar os incontáveis e violentos conflitos envolvendo trabalhadores, pequenos proprietários rurais, povos indígenas, ambientalistas, todos em confronto com o capitalismo fundiário que, por sinal, permanece incólume. O quadro se agrava ainda mais na medida que, por intermédio da CPI do narcotráfico, vêm a público as conexões entre esse capitalismo e o crime organizado em todas as suas modalidades.

A par disso, persiste a problemática da reforma agrária, expressa nos dados contraditórios, sobretudo a partir da decisão do governo federal em instituir um ministério para seu encaminhamento. Persiste o dilema entre a utilidade das pequenas propriedades rurais, enquanto fonte de empregos e produção barata de alimentos, desprovidas porém de um apoio creditício compatível, e a hegemonia das agroindústrias, cada vez mais subordinadas aos interesses estrangeiros, devidamente camuflados.

Falar da terra significa tratar da fonte principal da reprodução da vida. Assim sendo, as questões em torno do meio ambiente e da segurança alimentar imediatamente se destacam. Ainda mais quando nos vemos ameaçados pela utilização açodada das sementes transgênicas, cujo consumo pode acarretar conseqüências imprevisíveis e incontroláveis.

Era até para falar de João Cabral de Mello Neto que se foi de entre nós, mas — profeta-poeta — nos mantém alertas porque este é um instante de "vida severina" para os da terra. João Cabral, no entanto, continua entre nós como para livrar-nos da "morte severina".
Façam bom proveito!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros), acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões de exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Pelo respeito aos leitores: errata

O número anterior (306) obriga-nos a pedir desculpas por duas falhas: 1) No índice, o artigo *Transformações e qualificação* é de Paulo Jorge dos Santos Fleury. 2) No índice e no texto (p. 7) caíram involuntariamente dois pingos (trema) na palavra "ambigua".

... "Perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores"...

PELO CANCELAMENTO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO

Quero parabenizar aos responsáveis por esta revista que muito ajuda aos cristãos comprometidos com o exercício pleno da cidadania e a implantação do Projeto de Jesus Cristo entre nós. Fui assinante durante um bom tempo e sempre que posso renovo minha assinatura durante o Curso de Verão.

Eu trabalho no Curso de Teologia Pastoral da minha diocese e neste 1º semestre, atendendo a pedidos de aprofundamento sobre o ecumenismo, mostramos as revistas TEMPO E PRESENÇA que tratavam do assunto. Percebendo a grande quantidade de folhas para xerocar, resolvemos consultar a possibilidade de adquirirmos os exemplares que tratam deste assunto.

Preciso saber quanto sairia esses números atrasados e como poderíamos fazer o pagamento.

Vera Lúcia Lopes
Osasco/São Paulo

Estive na casa de um dos meus professores à procura de textos sobre história e memória e ele indicou os da Revista TEMPO E PRESENÇA. Consultei-os, li e gostei tanto do conteúdo quanto da forma como são elaborados. Por estas razões resolvi fazer a assinatura, visto que os conteúdos desta revista me auxiliarão nas reflexões cotidianas em sala de aula. Gostaria que fossem publicadas com mais frequência matérias com conteúdos referentes a questão da memória do povo brasileiro, analisando principalmente sua relação com o patrimônio.

Rosilene Avelino Alves
Bayeux/PB

Já faz um bom tempo que deixei de assinar essa conceituada revista e agora estou interessado em renovar, pois apre-

cio demais as abordagens dos artigos escritos por vários colaboradores, onde é bem clara a preocupação em oferecer aos leitores textos coerentes com a concepção de mundo segundo o "olhar", a "ótica" das minorias étnicas e com isso procura-se contemplar a diversidade do pensar, do ser e do existir desses grupos minoritários na sociedade atual que na maioria das vezes não é encontrado na grande imprensa.

Sem mais para o momento e na certeza de ter a vossa atenção, faço votos que continuem firmes e atuantes nesta caminhada para construir uma sociedade mais justa, solidária e democrática, onde todos possam realmente ser incluídos dignamente na sociedade como "pessoa" humana e como cidadão.

Nivaldo Francisco Neves
Valinhos/SP

É uma grande alegria, voltar a contar com a revista TEMPO E PRESENÇA, como auxílio ao nosso trabalho em busca da construção de uma sociedade justa e solidária.

Participando do Movimento das equipes Docentes (Movimento Internacional de Educadores, que busca o resgate de uma Escola Pública de qualidade para todos) e também do Conselho Nacional de Leigos (organização dos leigos católicos do Brasil) os artigos publicados em TEMPO E PRESENÇA, prestam valioso auxílio à reflexão de nossos grupos de trabalho.

Atualmente estamos preparando o temário do Encontro Mundial das Equipes Docentes, sobre Globalização e Neoliberalismo e por isso mesmo não podemos prescindir de um periódico, que aborda toda esta problemática, com a seriedade e a profundidade somente

encontrada em veículos de comunicação realmente comprometidos com a construção de um Mundo Novo.

Parabéns a toda a equipe que incansavelmente trabalha para que TEMPO E PRESENÇA possa continuar fazendo parte da leitura daquelas pessoas, que como nós professores, possuem poucas condições financeiras.

Evony Prestes dos Santos
Canguçu/RS

Como já tive ocasião de externar a V. Sas. noutras oportunidades, a TEMPO E PRESENÇA presta-me grande auxílio como subsídio para o desempenho de minhas atividades sócio-religiosas, além de me ser oportunizado crescimento pessoal sob o ponto de vista ético e cristão, aguçando meu senso crítico para os problemas emergentes de nossa sociedade, hoje tão marcada pelos contravalores em relação ao Reino de Deus!

Tenho procurado divulgar, entre meus colegas, esta preciosa Revista, na certeza de estar prestando-lhes significativa ajuda, a fim de que possam, como eu, ampliar seus conhecimentos e estarem atualizados através dos preciosos artigos da TEMPO E PRESENÇA.

Finalmente, lhes apresento nossos cumprimentos ao ensejo dos 20 anos da TEMPO E PRESENÇA, que ao longo desses anos, pôde dar sua efetiva contribuição para fomentar o espírito ecumênico em nosso país e no exterior.

Napoleão Nogueira da Silveria Reis
Ipatinga/MG



Narcotráfico e violência no campo

O capitalismo ilícito está presente na área rural. O conluio entre as forças do crime organizado e setores governamentais, como noticiado amplamente pelos meios de comunicação, tem favorecido os processos de lavagem de dinheiro. A face desse capitalismo ilícito conhecida por narcotráfico vem provocando situações ameaçadoras às famílias de camponeses e à economia do País como um todo. A produção de maconha, no Brasil, corresponde à cadeia de outros produtos agrícolas, e pode até mesmo ser considerada como *narcoagrobusiness*. No caso da cocaína, o País se apresenta como rota do tráfico e posto de comercialização.

Há uma enorme carência de reflexão sobre os reflexos do narcotráfico no campo. Todas as reflexões críticas sobre violência rural dirigem-se, sobretudo, à enorme e inacabada questão fundiária, com as ausências de políticas agrárias que atendam aos interesses dos camponeses. Reforma agrária já, permanece uma necessidade. Outrossim, a falta de políticas agrícolas e agrárias, especialmente voltadas aos pequenos produtores e à agricultura familiar, torna esses trabalhadores reféns de alternativas, entre as quais o *narcoagrobusiness*. A outra face da violência no campo, também explorada em reflexões sérias, diz respeito ao papel criminoso que o Estado tem assumido na defesa do latifúndio – e na própria defesa gerada pelo latifúndio. Como diz dom Pedro Casaldáliga: “Malditas sejam todas as cercas”.

O vácuo de ação social do Estado tem levado os trabalhadores rurais, algumas vezes, a cometerem ações ilegais. Mortes, assaltos, prisões motivadas por envolvimento nos plantios de maconha,

por exemplo, representam atualmente em algumas regiões, sobretudo no norte e nordeste brasileiros, uma parcela considerável desses segmentos. Em contrapartida, o que encontram esses trabalhadores? Desemprego, concentração fundiária e intimidação para participar de atividades ilegais. Quem provoca tudo isso é a mesma elite conservadora, como dizia Darcy Ribeiro: conservadora por querer se manter no poder; e obscurantista por não se abrir às mudanças necessárias. Tais elites locais se afastaram pouco das práticas coronelistas do passado.

Tudo isso torna ainda mais necessária uma reflexão profunda sobre as inflexões do narcotráfico na vida camponesa. Produzir uma discussão substantiva sobre o narcotráfico no campo, fundamentada em vivência ou pesquisa sistemática, é uma tarefa atual político-acadêmica. Esse desafio se insere na busca de respostas dos trabalhadores rurais brasileiros por respeito à sua cidadania plena. Tal tarefa histórica leva KOINONIA, com a cooperação do Núcleo de Estudos Agrícolas da Universidade Federal Fluminense, visando alargar o horizonte de humanidade desse tema tão cruel, a investir nessa reflexão.

Para tanto, estamos organizando um livro, com a seguinte estrutura:

PARTE 1: GERAL

Discriminalização das drogas. Atualização da questão legal; relação do tema com a violência no campo; geopolítica do narcotráfico; estado de direito; crime organizado.

Repressão às drogas. Relação com a violência no campo; mapa do narcotráfico no Brasil; polígono da maconha;

estado de direito; crime organizado; CPI do Narco.

Militarização do narcotráfico e capitalismo ilícito. Guerra do narco; geopolítica mundial das drogas; estrategismo militar e narcotráfico.

Agrobusiness e narcotráfico. As inflexões da produção agrícola ilegal na economia e na vida dos camponeses.

Juventude e violência no campo. Situação dos jovens no campo (dados gerais); mortalidade e morbidade dos jovens no campo; horizontes da juventude; políticas públicas para os jovens.

PARTE 2: CASOS

Amazônia. Situação do narcotráfico na região; conseqüências para a população tradicional (nativa e local); circuito da produção, distribuição e consumo das drogas.

Polígono da maconha. Os efeitos do narcotráfico sobre a organização dos trabalhadores rurais na região; as lideranças sindicais ceifadas pelo narcotráfico.

Haverá ainda contribuições do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Fórum Nacional Contra a Violência no Campo.

PARTE 3: SERVIÇO PÚBLICO

CPI do Narcotráfico: Documentos; casos analisados; algumas conclusões.

Pesquisa do MNDH sobre morte por assassinatos no Brasil: Dados da imprensa, concentração geográfica dos homicídios, perfil dos homicidas e das vítimas.

Procuraremos ainda contribuições da Secretaria Nacional Antidrogas e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.



Terra é vida



J.R. Ripper

Considerado símbolo de atraso, um não-ocidãõ, o trabalhador rural vem ocupando espaço no cenário sociopolítico brasileiro, enfrentando todas as resistências que historicamente o impedem de garantir o legítimo direito de propriedade. O papel das igrejas e dos cristãos tem sido decisivo para apoiar e dar ânimo a essa luta

Ivo Polleto

Estamos chegando aos 500 anos da entrada oficial dos colonizadores europeus em nosso país. Deram ao novo território o nome de Terra de Santa Cruz, talvez para agradecer o reconhecimento prévio da Igreja ao seu domínio sobre as riquezas e sobre tudo mais que encontrassem no lado leste da linha do Tratado de Tordesilhas. Sem julgar as intenções, em termos objetivos a Igreja Católica avalizou um cheque em branco, legitimou o que aconteceria nas terras novas.

Para começar, ajudou a legitimar a anexação do depois chamado Brasil ao reino de Portugal. A partir dali, o desrespeito aos direitos dos povos indígenas, a violência para submetê-los à escravidão e o massacre que a negatividade e a revolta indígena provocaram foram encarados como conseqüências inevitáveis à introdução da nova civilização cristã.

Evidentemente, nestes 500 anos os povos indígenas são os maiores injustiçados na luta pelo direito ao território.

rio brasileiro. Foi uma guerra entre duas concepções de terra: a dos nativos, defendendo o direito milenar de continuar vivendo livremente nos territórios que lhes foram dados pelas divindades; e a dos portugueses, impondo a apropriação de mais um pedaço do planeta ao domínio da civilização européia. E uma apropriação que lhe conferia, dentro do espírito da época, já dominado pela razão instrumental, o poder de fazer o que quisesse nas novas terras para satisfazer as necessidades da metrópole.

Foi com essas racionalidades que nasceu o direito de propriedade e uso da terra em nosso país. A forma atual não tem como orgulhar-se de ser melhor, mais humana e justa do que a primeira e mais antiga. Pelo contrário, a um senhorio absoluto do Rei, que lhe dava o poder de conceder terra em privilégio a quem desejasse, seguiu-se um direito jurídico absoluto dos poucos, imensos, poderosos e violentos proprietários capitalistas.

A prepotência dos proprietários deu origem e é reforçada pela política oligárquica que ainda domina o Estado brasileiro. É responsabilidade dessa política a negação do reconhecimento dos territórios dos povos indígenas até os dias de hoje, impedindo que o Brasil se assumia como uma nação pluriétnica. E é responsável igualmente pelo impedimento da realização da reforma agrária, o que agrava a exclusão provocada pelas políticas neoliberais, impostas pelo FMI e assumidas pelos nossos governantes.

IGREJA: UM ALIADO PERDIDO

A Igreja Católica, religião oficial da Colônia e do Império, e muito influente a partir da República, deixou de ser, há alguns anos, uma aliada incondicional dos grandes proprietários.

**Os camponeses são, muito provavelmente,
a presença mais criativa, propositiva e
mobilizadora para fazer valer,
democraticamente, seus direitos, bem como
os direitos dos demais excluídos**

Fruto de engajamentos e reflexões anteriores de cristãos e de igrejas particulares, e de modo especial por meio da Comissão Pastoral da Terra, o documento "Igreja e Problemas da Terra", da Assembléia da CNBB de 1980, é o marco desse rompimento. Sua posição crítica em relação à terra de negócio e ao direito sem limites da propriedade lhe valeu a acusação de traição por parte de proprietários, que se consideravam mais católicos do que os bispos! Por outro lado, não fosse essa mudança de posicionamento, muito provavelmente não teriam sobrevivido os movimentos de sem-terra que conhecemos. Teriam sido reprimidos com maior violência e, provavelmente, exterminados. Afinal, foi assim que agiram em Canudos, no Contestado, em outras revoltas de camponeses e na ditadura de 1964.

Essa tomada de posição significou um relativo enfraquecimento da Igreja, pela perda de apoios financeiros. Por outro lado, porém, deu um reforço enorme à consciência e à capacidade de organização dos camponeses, bem como outra qualidade à sua prática de anúncio das boas-novas de Jesus Cristo na vida de seu povo. Além disso, tornou possíveis e valorizou relações respeitadas entre diferentes teologias e espiritualidades de igrejas cristãs, religiões indígenas e cultos afro-brasileiros. Favoreceu também, de modo especial, frentes ecumênicas

de ação na defesa dos direitos e na promoção da liberdade de organização e da luta popular pela terra.

FIRMA-SE UM NOVO SUJEITO POLÍTICO

É curta a história de constituição do camponês, com pouca terra ou sem ela, como sujeito político. Não passa de cinquenta anos. Até os anos de 1940, ele era considerado um incapaz, presente na sociedade somente por meio dos coronéis, da igreja, dos comerciantes. Era o símbolo do atrasado, do não-cidadão. Suas iniciativas, por isso, propunham a construção de outra sociedade em que pudessem viver. E seus projetos tomavam formas religiosas, messiânicas, o que facilitava a repressão e aniquilamento sem que a sociedade brasileira reagisse e se mobilizasse em seu favor.

Nos últimos cinquenta anos, os camponeses enfrentaram o Estado, as elites políticas e econômicas dominantes, e as elites das esquerdas clássicas, que não aceitavam ou consideravam inadmissível a sua cidadania. Para os primeiros, não teriam nada a dizer ao capitalismo, que se modernizaria por intermédio das grandes propriedades. Para os demais, nada trariam de novo para a construção de uma sociedade socialista. Nas duas perspectivas, serviam apenas para trabalhar para outros.

Hoje, liderados, não exclusivamen-

te, pelos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, são uma presença marcante em nossa sociedade, comandada pela política neoliberal do FMI, adotada subservientemente pela quase totalidade dos nossos governantes e elites econômicas liberais. São, muito provavelmente, a presença mais criativa, propositiva e mobilizadora para fazer valer, democraticamente, seus direitos, bem como os direitos dos demais excluídos.

A constituição desse novo sujeito político é fruto de um longo processo. É certamente mérito dos próprios camponeses, com pouca terra ou sem terra. Mas foram favorecidos, também, por um lado, pelo exemplo muito positivo dos povos indígenas e de suas organizações, e por outro, pelo caráter absoluto da propriedade da terra. A negação do diálogo levou ao enfrentamento. A falta de vontade dos administradores públicos para contradizer os interesses dos proprietários e sua ação repressiva contra a luta pela democratização da terra deram ao enfrentamento a politização que faltava. O Estado mostrou escandalosamente seu caráter oligárquico e, como tal, agiu de forma a negar os direitos dos sem-terra e de todos os camponeses. O poder da grande propriedade sobre o Estado evidenciou-se na derrota da proposta popular de reforma agrária para a Constituinte de 1988, subscrita por mais de 1,5 milhão de cidadãos. Foi imposta, em seu lugar, uma legislação anacrônica e sacralizadora dos privilégios tradicionais.

Ao contrário do que esperavam as elites proprietárias e seus parceiros, o movimento de luta pela terra e em favor de uma reforma agrária que democratize o campo e a sociedade brasileira como um todo não se desmante-

O lugar dos que são ungidos para anunciar boas notícias aos pobres é junto e ao lado dos sem-terra, fazendo tudo o que podem para que todas as comunidades dos seguidores de Jesus se ponham a caminho com o fim de apressar a conquista popular da terra e da reforma agrária

lou. Em vez disso, consolidou-se, tornando-se a presença mais incômoda desta fase neoliberal de nossa história. O que era considerado o elo político mais frágil tornou-se uma das forças mobilizadoras mais eficazes de contestação da forma atual de dominação internacional e de submissão de nossa soberania. Calejado em relação à exclusão, não se abateu com o agravamento dela. Buscou, antes, juntar forças para derrotá-la.

A MISSÃO DOS CRISTÃOS

Na busca incessante da fidelidade no seguimento de Jesus Cristo, os cristãos se caracterizam pela leitura atenta dos sinais dos tempos. Examinam criticamente os sinais de morte e de vida, para que, iluminados pelo Espírito, possam escolher sempre a vida para todos, e sejam capazes de fazer tudo, até mesmo dar a vida em favor dela. Esse é o caminho para testemunhar que Ele, crucificado, venceu a morte, ressuscitou.

Pois bem, não há como aceitar o princípio de morte do desemprego estrutural e de tudo o que o causa e promove. E, ao lado dele, não é possível aceitar a continuidade da concentração da propriedade da terra em cada vez menos mãos. Agem contra Deus, usurpando esse dom dele para todos os filhos e filhas. E agem contra a humanidade, negando-lhe o direito de viver.

Em vista disso, o lugar dos que são

ungidos para anunciar boas notícias aos pobres é junto e ao lado dos sem-terra, fazendo tudo o que podem para que todas as comunidades dos seguidores de Jesus se ponham a caminho com o fim de apressar a conquista popular da terra e da reforma agrária. Cabe-lhes despertar seus irmãos do sono, da acomodação, do desânimo, da falta de confiança na palavra e na promessa de Deus. É seu dever anunciar que Deus está lá na frente, e não no passado, atraindo-nos para um tempo diferente, um tempo em que a terra será lugar de vida, de liberdade e de igualdade para todas as pessoas.

Os cristãos são utópicos por natureza. São, ao mesmo tempo, pastores da criação e anunciadores de um novo céu e uma nova terra. Nem mesmo a constatação de que, por motivos pouco evangélicos, muitas instituições eclesiais estão se afastando desses compromissos históricos, e preferem promover formas de religião individualistas e voltadas para um louvor descomprometido com as multidões sem oportunidades de trabalho e de vida digna, é motivo para diminuir sua esperança. Pelo contrário, para que Deus conceda rápida conversão às suas igrejas, cabe-lhes até ser uma presença mais evangelizadora, um fermento mais forte. ☪

Ivo Poletto é sociólogo e assessor da Cáritas Brasileira.

Propriedade ou território?

José Maurício Arruti

Para termos um quadro real da "luta pela terra" no Brasil, é preciso atenção às formas não apenas de dominação e expropriação econômica e à resistência política imposta a elas, mas também de expropriação e resistência social e cultural que as acompanham e instrumentalizam. É preciso, ainda, perceber outros modelos de posse da terra, os quais exigem uma ampliação das discussões sobre os modelos possíveis e desejáveis de reforma agrária

Os debates sobre multiculturalismo e sobre reforma agrária ocupam, no senso comum corrente, espaços distintos, seja nas prateleiras das livrarias, nas seções de jornais e revistas seja nos programas universitários, mobilizando estilos de argumentação, conceitos e tradições críticas diferentes. Um parece carregado de história, enquanto o outro é visto como novidade; um remete à infra-estrutura, enquanto o outro parece coisa das superestruturas; e por aí vão eles, rebatendo em dicotomias clássicas, como campo e cidade, política e cultura, arcaico e moderno, etc. Nosso objetivo neste artigo é chamar a atenção para um plano da experiência social brasileira em que tais divisões não fazem sentido: o que diz respeito aos grupos e comunidades indígenas e de negros rurais ou semi-urbanos.

A associação entre reforma agrária e a questão dos territórios étnicos sempre foi recusada veementemente — e com razão — por parte dos profissionais ligados ao tema indígena. Quando foi levantada, essa associação de temas sempre esteve ligada a contextos em que as questões étnica e cultural eram vistas como secundárias ou residuais com relação às econômicas e políticas. Essas últimas orientavam tanto os discursos governamentais quanto os da oposição que, para aquém de suas radicais diferenças, sob esse aspecto podiam ser plenamente coincidentes. Relacioná-las, portanto, significava argumentar pela redução das

terras indígenas ao mesmo cálculo que atribui um determinado número de hectares a cada família camponesa.

Hoje, porém, a situação mudou e todos somos obrigados a reconhecer que é por meio de um vocabulário cultural que, cada vez mais, novos sujeitos coletivos têm sido criados, mobilizando politicamente uma população até então à margem do discurso de classe. Isso chama a atenção para o fato de que, para termos um quadro real da "luta pela terra" no Brasil, é preciso estarmos atentos não só às formas de dominação e expropriação econômica e à resistência política imposta a elas, mas também às de expropriação e resistência social e cultural que as acompanham e instrumentalizam.

Neste novo contexto, voltar à associação entre reforma agrária e territórios sociais ou étnicos nos permite um efeito contrário: impor a consideração de que no Brasil o processo de transformação da "terra" em mercadoria não foi plenamente completado e que significativas parcelas de nossa população não vivem sobre simples "propriedades fundiárias", mas sobre territórios sociais, estreitamente ligados às suas culturas, identidades e memórias.

TERRITÓRIOS INDÍGENAS

De fato podemos recuar toda nossa discussão à história das "terras indígenas", que hoje são mais de 550, distribuídas por quase todos os estados da Federação (a única exceção é o Piauí),

chegando a um total de pouco mais de 100 milhões de hectares, a maior parte ainda sem a devida regularização. Os interesses contrariados pela presença dessas áreas reservadas são enormes e sua força é constantemente evidenciada, como se deu no caso do decreto governamental (n. 1775, janeiro de 1996) que alterou os procedimentos de demarcação das áreas indígenas, abrindo espaço para a contestação de muitas delas.

Historicamente, a figura das “áreas indígenas” foi criada como um meio de viabilizar o isolamento das populações indígenas ainda arreadas à civilização, submetendo-as à tutela estatal para, por meio de métodos científicos calcados no evolucionismo social, transformá-las em “trabalhadores nacionais”. Em um primeiro momento, portanto, que se estendeu da década de 1910 à de 1950, a constituição das “áreas indígenas” respondeu a objetivos exclusivamente geopolíticos (da expansão para o Oeste) e econômicos, ligados à implantação de processos técnicos de ampliação da produtividade por hectare ou ao simples

arrendamento dessas terras para não-indígenas. O seu destino era desaparecer à medida que a *tutela* transformasse “controlada e docilmente” seus habitantes em uma população homogênea e produtiva.

Depois dos anos de 1950, no entanto, a mudança de postura do mundo pós-guerra ante a intolerância étnica e cultural, o fortalecimento do indigenismo latino-americano e a institucionalização das ciências sociais no Brasil levou a um rompimento, ainda que não absoluto, com aquele modelo indigenista oficial. As áreas e parques indígenas passaram a ser vistos como destinados à preservação das formas sociais e culturais ancestrais (época da criação do Parque Indígena do Xingu), e, em pouco tempo, os territórios indígenas transformaram-se em um dos importantes focos de resistência ao autoritarismo dos megaprojetos do regime militar imposto entre os anos de 1960 e 1980. Aos poucos as próprias lideranças indígenas tornam-se cada dia menos estranhas aos processos de negociação sobre suas terras, chegando ao ponto de pressionarem o governo, fazendo funcionários da Funai prisioneiros, invadindo suas sedes regionais e central, enfrentando com armas o avanço de garimpeiros e grileiros e conectando-se com outros movimentos de âmbito internacional. Tais grupos habilitam-se a falar diretamente com as autoridades governamentais e muitos dos seus jovens passam a sair das aldeias para estudar Agronomia ou Direito, não para “evolüfrem” rumo à civilização branca, mas como forma de manipular, a seu favor, o código dos expropriadores.

No nordeste do País, essa mobilização indígena teve a força de reverter um processo histórico aparentemente encerrado. Depois que os governos provinciais da região decretaram

todos os seus aldeamentos indígenas oficialmente extintos na década de 1870, as décadas de 30, 70 e 90 deste século assistem a sucessivos ciclos de “caminhada de volta”. Suas comunidades “caboclas”, situadas nas terras de antigos aldeamentos, começaram a reconquistar o direito a tais territórios, não só negando, mas invertendo a expectativa de uma controlada e dócil homogeneização étnica e cultural. Hoje existem mais de trinta desses grupos no Nordeste — esse número não pára de crescer — em busca do reconhecimento oficial de sua ancestralidade indígena e, por meio dela, da legitimação oficial de seus territórios sociais, quase sempre mergulhados em conflitos.

TERRITÓRIOS NEGROS

Recentemente, com a Constituição de 1988, o ordenamento jurídico brasileiro ampliou consideravelmente a possibilidade de falarmos na posse territorial dedicada à manutenção dos grupos sociais em sua diversidade de formas culturais. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias reconheceu o direito que as “comunidades remanescentes de quilombos” têm às terras que ocupam, assim como a obrigação do Estado em legalizar tais posses. Neste caso, ainda não há estimativas precisas quanto ao número de comunidades negras que reivindicam ou ainda podem vir a reivindicar territórios de uso tradicional (cf. quadro). Uma coisa, porém, é certa: as estimativas iniciais, que projetavam apenas uma ou duas dúzias delas em todo o País, foram surpreendidas por uma realidade até então desconhecida nos meios políticos e mesmo acadêmicos. Os levantamentos preliminares falam de centenas dessas comunidades apenas em alguns estados, como Maranhão, Bahia e Minas Gerais.



Foto do autor

Comunidades indígenas e de "remanescentes de quilombos" representam uma resposta política encharcada de cultura de grupos há muito marginalizados, cujas identidades históricas exigem a revisão da idéia que temos sobre o Brasil

Essa imprevisibilidade fica clara na redação do artigo 68, que deixa evidente sua intenção de reparação histórica, de valor simbólico, voltada ao restrito universo dos "remanescentes" daqueles que foram ícones da resistência à escravidão. Além disso, tal artigo surge acompanhado de outro correspondente, na seção dedicada à Cultura (artigo 216), que determina o tombamento "dos documentos e dos sítios" relativos a antigos quilombos. Independentemente daquelas que possam ter sido as "intenções do legislador", no entanto, o que ocorre é a *reparação do passado* em instrumentos de *construção do futuro*.

A apropriação da norma por parte do movimento social ligado a essas comunidades negras, quase todas acuadas por conflitos fundiários com grileiros das terras que ocupam, muitas vezes há mais de cem anos, levou a uma reinterpretação do termo "quilombos". A tendência hoje, ainda que não se tenha definido uma legislação complementar ao artigo constitucional, é de que, para efeitos da lei, tomem-se por "remanescente de quilombos" todas aquelas comunidades rurais descendentes de grupos territorializados

de antigos escravos ou de seus descendentes diretos.

Como os movimentos negros brasileiros também só haviam assumido o termo "quilombo" como uma espécie de acervo simbólico para suas lutas urbanas, sem maiores conseqüências sobre sua histórica falta de atenção ao mundo rural, isso colocou tais comunidades negras rurais em uma situação curiosa. Em sua maior parte, elas são apoiadas e assessoradas por entidades do movimento social originalmente ligadas às lutas indígenas, o que tem feito com que seus discursos sejam moldados mais em termos étnicos que em termos raciais. Ocorre então a transmissão de uma experiência histórica da luta por territórios étnicos das comunidades indígenas para as comunidades negras, da mesma forma que, da parte dos aparelhos estatais, também há a tendência por dar às comunidades negras respostas baseadas no acervo legal e burocrático já acumulado ante a situação indígena. Esse fenômeno não é restrito apenas ao Brasil, mas pode ser observado em outros países, como a Colômbia, que teve introduzido em sua Constituição de 1991 um artigo semelhante.

PELA DIVERSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA

Enfim, tais comunidades, tanto indígenas quanto de "remanescentes de quilombos", representam uma resposta política encharcada de cultura de grupos há muito marginalizados, cujas identidades históricas exigem a revisão da idéia que temos sobre o Brasil. Ao lado das discussões sobre os imigrantes, a pequena propriedade e o latifúndio, é necessário acrescentar os territórios sociais, de uso tradicional e muitas vezes coletivo, fundados em tradições culturais e estruturas sociais que remetem a acervos muito distin-

tos, como os indo-americanos e africanos.

Da mesma forma, se em nossas análises de conjuntura da "luta pela terra" deve ganhar grande importância a renovação que o Movimento dos Sem-Terra vem produzindo no cenário político brasileiro, com a retomada de um vigoroso discurso de classe, com sua grande capacidade de organização, planejamento e produção, não podemos continuar sustentando nossa cegueira quanto às outras dimensões dessa mesma luta. Tais dimensões abrem para outros modelos de posse da terra e exigem uma ampliação das discussões sobre os modelos possíveis e desejáveis de reforma agrária.

Já parece possível romper com aquelas clássicas divisões temáticas a que nos referíamos no início deste artigo, como forma de contaminar o debate sobre a reforma agrária com a carga crítica que a emergência política desses grupos de natureza étnica e cultural nos impõe à observação. Grupos que não param de se multiplicar, aproveitando-se das lacunas abertas em nosso ordenamento jurídico e que lutam não só por "um pedaço de terra" ou pela reparação de erros do passado, mas também pela defesa de seus modos de vida e organização social presentes, suas formas religiosas, rituais e de manuseio da natureza. Grupos que lutam politicamente por uma nova perspectiva de futuro, em que sejam considerados, dentro das próprias peculiaridades, como atores relevantes no momento de formulação e execução das políticas públicas, não só as relativas à terra ou ao crédito rural mas a todas aquelas que tendem a ampliar o alcance da cidadania. ☞

José Maurício Arruti, antropólogo, historiador e integrante da equipe de KOINONIA.



Foto do autor

RELAÇÃO DAS COMUNIDADES OFICIALMENTE RECONHECIDAS COMO REMANESCENTES DE QUILOMBOS ENTRE 1995 E 1998

Data	Nome	Município	UF	Área	População
1995	Rio das Rãs	Bom Jesus da Lapa	BA	27.200 ha	—
1995	Boa Vista	Oriximiná	PA	1.125,0341 ha*	—
1996	Pacoval de Alenquer	Alenquer	PA	7.472,8790 ha*	—
1997	Jamary	Turiaçu	MA	13.980,2571 ha	1.000 pessoas
1997	Mucambo	Porto da Folha	SE	2.100,54 ha	500 pessoas
1997	Riacho das Sacotiabas	Wanderley	BA	11.44,08 ha	206 pessoas
1997	Castrinho	Garanhuns	PE	186,6000 ha	825 pessoas
1997	Vaporunduva	Eldorado	SP	3.158,11 ha	—
1997	Bacabal, Aracuan, Serrinha, Jaracá e Terra Preta II	Oriximiná	PA	23.862,4725 ha*	—
1997	Bacabal, Aracuan, Serrinha, Jaracá e Terra Preta II	Oriximiná	PA	57.024,6216 ha*	—
1998	Portocoris	Leme do Prado	MG	199,3001 ha	65 pessoas
1998	Campinho da Independência	Paraty	RJ	287,9461 ha	250 pessoas
1998	Curiaçu	Macapá	AP	3.268,14 ha	538 pessoas
1998	Kalunga	Cavalcanti, Monte Alegre e Teresina de Goiás	GO	258.011,6821 ha	—
1998	Conceição dos Caetanos	Tururu	CE	381,662 ha	53 famílias
1998	Furnas da Boa Sorte	Conguinho	MS	1.402,3927 ha	150 pessoas
1998	Mangal	Sítio do Mato	BA	7.768.968,4 ha	295 pessoas
1998	Itamorri	Cachoeira de Piriá	PA	5.377,6020 ha	—
1998	Conceição das Crioulas	Salgueiro	PE	16.865,0678 ha	1.780 pessoas
1998	Parateca e Pau D'Arco	Malhada	BA	37.000 ha	1.233 pessoas
1998	Matacavalo	Nossa Senhora do Livramento	MT	**	—

Fonte: Portarias da Fundação Cultural Palmares publicadas no Diário Oficial da União e Decretos Estaduais, reunidos na coletânea de Documentos n. 5 do Instituto Socioambiental – ISA.

* Dados retirados dos títulos de reconhecimento domínial outorgados pelo Instituto de Terras do Pará, que não apresentam “estudos de identificação”.

** Dados retirados do decreto estadual que reconhece a comunidade como Remanescentes dos Quilombos. Não apresenta trabalho de delimitação territorial ou “estudos de identificação”.

Campanha pela reforma agrária

1. A CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

O Brasil possui uma área territorial de 850 milhões de hectares, dos quais 390 milhões são considerados como áreas próprias para a atividade agropecuária, mas 31% dessa área (120 milhões de hectares) permanecem ociosos. Esse grau de ociosidade constitui mais uma seqüela do elevado grau de concentração da posse e do uso da terra no País que joga na exclusão social milhões de trabalhadores brasileiros. Dos 3 milhões de imóveis rurais recadastrados em 1992, 62,2% ocupavam 7,9% da área total de 331,4 milhões de hectares. No outro extremo, verifica-se que 2,8% dos imóveis que constituem grandes propriedades ocupam 56,7% da área total. O Brasil é hoje o segundo país do mundo de maior concentração da propriedade da terra.

Se o governo quisesse fazer de fato reforma agrária utilizando a lei que está em vigor e desapropriando apenas as grandes propriedades acima de mil hectares, poderia contar com o estoque de mais de 100 milhões de hectares, suficientes para assentar mais de 8 milhões de famílias. Hoje existe um contingente de 4,9 milhões de famílias que precisam de terras.

2. A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO

Do governo Collor ao governo atual, a economia brasileira foi totalmente inserida no receituário do projeto neoliberal. No governo Fernando Henri-

que merece destaque o empenho que vem sendo feito, sob as rédeas do Banco Mundial, para o enquadramento, até mesmo, da política agrária nos princípios do livre mercado.

Essa estratégia vem sendo desenvolvida de forma dissimulada: o governo manipula a opinião pública para tentar demonstrar que a desapropriação de terras (ato punitivo do latifúndio) é um processo caro e lento. E que essas características são problemas próprios da desapropriação quando, ao contrário, isso ocorre por conta da conivência do governo com o latifúndio, por meio de legislações altamente benevolentes para os senhores da terra, e da impunidade contra os atos imorais de superavaliação de imóveis rurais destinados à reforma agrária.

Confiando no êxito da manipulação, o governo atual passou a divulgar que o melhor caminho para a política agrária seria abandonar a desapropriação, substituindo-a por instrumentos de mercado, quais sejam: o banco da terra, o leilão de terras e a tributação da terra (ITR). Quanto à tributação da terra, as alterações legais conduzidas pelo governo Cardoso acabaram beneficiando, ainda mais, os latifúndios improdutivos, contrariando, assim, o discurso do governo propagandeado na grande imprensa. Exemplo: em 1997 o ITR arrecadou R\$ 145 milhões, ao contrário da propaganda do governo que garantiu que iria arrecadar R\$ 1,5 bilhão.

O leilão de terras iniciou a sua ope-

ração recentemente em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, já com denúncia de superfaturamento dos preços das terras ofertadas, mas não conseguiu comprar nenhum hectare de terra com leilões. Ou seja, nem os latifundiários acreditam nesse mecanismo.

No momento, a menina-dos-olhos do governo vem sendo o Banco da Terra, por meio do qual o governo espera ver efetivada a sua reforma agrária de mercado. Esse programa está inspirado no Programa Cédula da Terra, praticamente imposto pelo Banco Mundial e executado, com caráter de projeto-piloto, em cinco estados da região nordeste do Brasil: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas. Na verdade, o Banco da Terra, que terá a continuidade do apoio do Banco Mundial, representa a versão ampliada, para todo o território nacional, do Programa Cédula da Terra.

3. O PROGRAMA CÉDULA DA TERRA

3.1 Objetivos

O Cédula da Terra entrou em operação no ano de 1997 com o objetivo de oferecer financiamentos aos sem-terra para que comprem os seus lotes diretamente dos "donos de terra". O programa contou com R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 90 milhões do Banco Mundial. O projeto-piloto teve como meta inicial o atendimento de 15 mil famílias.

3.2 Bases e condições

a) Os trabalhadores se organizam em associações e indicam a área a ser adquirida.

b) Os agricultores que porventura utilizarem o crédito fundiário não terão direito aos recursos do Proceca e do crédito Fomento e Alimentação e Habitação do Inca, dificultando ainda mais a organização de um verdadeiro assentamento. Ou seja, o governo deixa esses pobres agricultores à sua própria sorte.

c) O financiamento da compra da terra tem o prazo de liquidação fixado em dez anos, incluindo-se três anos de carência, com a dívida sendo corrigida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Trata-se de um dos mais caros financiamentos para a área rural em todo o Brasil. Mais caro mesmo que o crédito para custeio para grandes produtores rurais em todas as regiões do País (juros de 8,75% ao ano para a safra 98/99). A TJLP, ainda sem o efeito da recente “explosão” dos juros, está em 11,68% ao ano.

3.3 Base de sustentação política

Essa experiência de reforma agrária de mercado, pregada pelo Banco Mundial, tem sido tentada em alguns dos principais países do Terceiro Mundo com tradição de lutas camponesas. Parece que apenas no Brasil o Banco vem conseguindo êxito, até o momento, graças ao governo Fernando Henrique, que vem tornando o País o maior laboratório prático do neoliberalismo nos países subdesenvolvidos.

Em reação a essa parceria que conspira contra a reforma agrária, todas as entidades nacionais de representação e de apoio aos trabalhadores rurais já manifestaram, isoladamente ou por meio do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, o repúdio à iniciativa e o compromisso de luta contra esse instrumento.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo existe desde 1995 com o objetivo de contribuir para a articulação das ações desenvolvidas pelas várias entidades que apóiam a realização da reforma agrária no Brasil. O Fórum tem um caráter amplo e pluripartidário, e reúne movimentos sociais e organizações não-governamentais.

4. POR QUE AS ENTIDADES DO FÓRUM SÃO CONTRA O CÉDULA DA TERRA

Na verdade o governo e o Banco Mundial, sem uma avaliação prévia do Cédula da Terra, declarado como experiência-piloto, já se comprometeram com a ampliação do Programa pela execução do Banco da Terra, por meio do qual somente o Banco Mundial destinará, inicialmente, US\$ 250 milhões por ano. Isso representa um valor duas vezes e meia maior do que o previsto para o Pronafinho-investimento, criado para financiar atividade de investimento dos agricultores familiares tidos como os mais descapitalizados.

As principais críticas que as entidades da reforma agrária fazem são:

O Banco Mundial vem tornando o País o maior laboratório prático do neoliberalismo nos países subdesenvolvidos

a) Com o sistema de compra e venda de terra, o poder público abre mão de conduzir a “reforma agrária”, deixando sob o controle direto dos próprios donos da terra; ou seja, só haverá distribuição de terra se o dono da terra quiser vender.

b) Ao substituir a desapropriação, o Cédula da Terra/Banco da Terra premia os donos da terra que, em vez de receberem Títulos da Dívida Agrária a serem liquidados em até vinte anos, recebem em dinheiro à vista pelas terras vendidas. As grandes propriedades de terra, ainda que improdutivas, transformam-se em verdadeiros ativos financeiros.

c) Com a ampliação do Programa para todo o território nacional por meio do Banco da Terra, haverá o aumento substancial dos preços da terra; isso acontecerá não apenas por conta dos efeitos lógicos do mercado, mas porque, certamente, os latifundiários se organizarão em verdadeiros cartéis para, com a especulação, aumentar o preço desse meio de produção em cada município.

d) Além de serem obrigados a pagar o financiamento da compra da terra, com custos totalmente proibitivos para os sem-terra e minifundistas, estes terão ainda que buscar financiamento para

Com amplo apoio da sociedade, várias entidades no Brasil se mobilizam na luta por uma reforma agrária que altere efetivamente a estrutura fundiária brasileira e se torne a base para a promoção de um novo desenvolvimento rural, sustentável e não excludente

produção, o que os inviabilizará definitivamente.

e) Mediante mecanismo já incluído na legislação do Banco da Terra, que dará continuidade ao Cédula da Terra, os grandes proprietários, além de vender a terra, vão formar associações de produtores que terão acesso ao Programa; ou seja, o Programa vai alimentar a formação de currais eleitorais pelas oligarquias rurais do País, alimentando assim a submissão política dos excluídos e os grilhões do atraso da sociedade brasileira. Neste sentido, afóra as críticas anteriores, com essa característica, o Cédula da Terra/ Banco da Terra, contrariando os argumentos colocados pelo Banco Mundial, qualificando-o como uma ação de combate à pobreza no meio rural brasileiro, vem, na verdade, agravar esse quadro.

f) Os resultados da execução do Cédula da Terra já anteciparam outras graves distorções que serão amplificadas caso venha a ser executado o

Banco da Terra. Destacamos:

- o processo de fracionamento da média propriedade, que tende a ampliar a minifundização da propriedade da terra;
- a constituição de “associações-fantasma”;
- a desinformação de tal processo;
- o abandono dos lotes;
- a confirmação do controle político por lideranças patronais;
- a baixa qualidade das terras vendidas;
- a confirmação dos efeitos do programa sobre o aumento do preço da terra.

5. CONCLUSÃO

Essa política do crédito fundiário do governo Fernando Henrique se insere em uma política mais ampla, de não querer fazer realmente a reforma agrária. O governo tem anunciado que nos próximos quatro anos sua política para a reforma agrária vai ser baseada em:

- a) uma reforma agrária de mercado, com a compra à vista de terra, leilões e deixando as desapropriações apenas para a Região Norte, onde também vieram falcaturas;
- b) acabar com o Incra como autarquia e organismo de reforma agrária e transformá-lo numa pequena agência coordenadora;
- c) descentralizar reforma agrária para os prefeitos, que indicariam áreas a serem compradas e controlariam a comissão municipal de seleção de terras beneficiados. Imaginem as ma-

nipulações políticas que isso vai gerar no município;

d) reduzir os recursos para assentamento e para o crédito. Acabar com o Procer, levando os assentados a terem que disputar com os familiares os poucos recursos do Pronaf;

e) desarticular os movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária por meio de campanha pela imprensa, procurando jogar a opinião pública contra a reforma agrária.

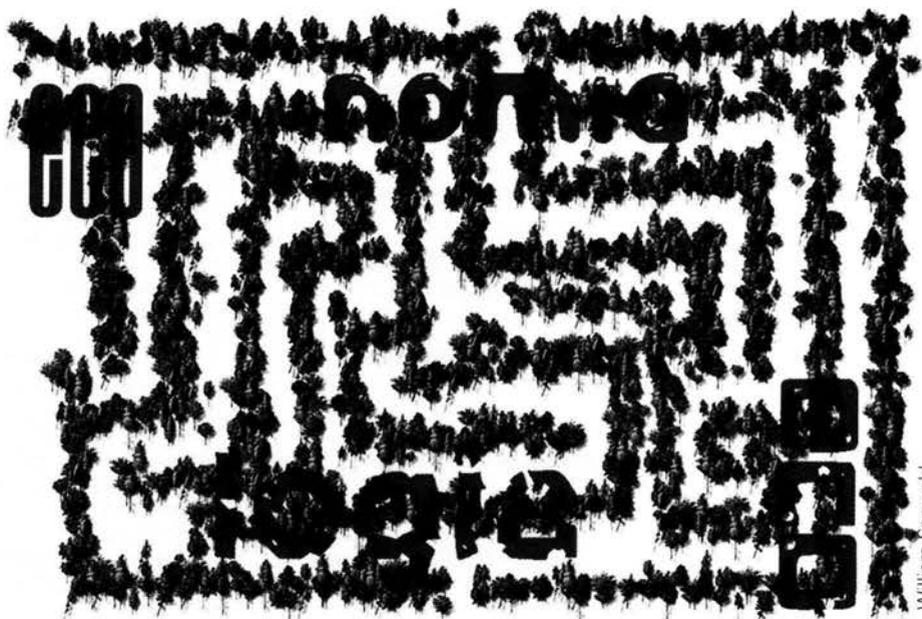
É por isso que, com amplo apoio da sociedade, várias entidades no Brasil se mobilizam na luta por uma reforma agrária que altere efetivamente a estrutura fundiária brasileira e se torne a base para a promoção de um novo desenvolvimento rural, sustentável e não excludente. O Fórum tem articulação com entidades parceiras internacionais, desenvolve a campanha global pela reforma agrária no Brasil como parte dessa luta, na certeza de que a realização da reforma agrária é fundamental para a garantia dos direitos humanos básicos e da democracia do Brasil. ☐

Fonte: Website <http://www.dataterra.org.br>

Desenvolvimento econômico e meio ambiente

Lais Menezes

As políticas públicas ambientais no Brasil internalizaram, ao menos em suas proposições, o desenvolvimento sustentável, almejando alcançar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social. Apesar disso, persiste um descompasso entre as estratégias de desenvolvimento e as políticas ambientais, em que os obstáculos não são de natureza técnica mas, fundamentalmente, políticos



William Seewald

Até a clorofila?...

Sim, senhor.

Até a clorofila entra na fila dos poluidores. Diz-nos um doutor de Illinois, que em matéria de monóxido de carbono, a graminha é uma parada.

...A sina, pois, do mundo, é sem remédio?

...Ah, natureza má que me enganavas, fingindo-te benigna: vai às favas e que as favas te sejam bem letais.

(Carlos Drummond de Andrade)

O poeta nos fala do desencantamento e da perplexidade que acometiam nossos corações e mentes ao final da década de 1960 e início dos anos de 1970. Tornavam-se públicas, naquele tempo, denúncias sobre a poluição ambiental, críticas aos modelos desenvol-

vimentistas, exemplos desastrosos sobre a exploração exacerbada dos recursos naturais e desconcertantes “descobertas” científicas.

Atônitos, tentávamos entender o significado dessas drásticas transformações. Seria o catastrófico “fim” da natureza ou a afirmação de sua finitude? um elo perdido na construção de novos paradigmas, ou mesmo de uma nova utopia? ou uma ênfase excessiva no aspecto ambiental para dar conta das desigualdades do sistema capitalista e de suas crises estruturais?

Descobrimos, já nos anos 1990, que além dos danos ambientais irreparáveis, das secas, das inundações, das contaminações de alimentos, da água, do ar, vivíamos uma crise econômica e social sem precedentes. Essa crise,

CRIMES AMBIENTAIS

Após sete anos de debates no Congresso Nacional, foi aprovada a nova lei que trata das punições para as degradações do meio ambiente (Lei 9.605/98). A demora na aprovação livrou de qualquer punição todos os que praticaram danos contra o meio ambiente de 1991 até hoje. A seguir alguns comentários sobre as mudanças introduzidas pela Lei de Crimes Ambientais.

INOVAÇÕES DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

Antes	Hoje
Leis esparsas, portarias e resoluções facilmente derrubadas por decisões judiciais.	A legislação ambiental é consolidada; as penas têm uniformização e graduação adequadas e as infrações são claramente definidas.
A pessoa jurídica não era responsabilizada criminalmente.	Define a responsabilidade da pessoa jurídica – inclusive a responsabilidade penal – e permite a responsabilização também da pessoa física autora ou co-autora da infração.
A pessoa jurídica não tinha decretada liquidação quando cometia infração ambiental.	Pode ter liquidação forçada no caso de ser criada e/ou utilizada para permitir, facilitar ou ocultar crime definido na lei. E seu patrimônio é transferido para o Patrimônio Penitenciário Nacional.
A reparação do dano ambiental não extinguiu a punibilidade.	A punição é extinta com apresentação de laudo que comprove a recuperação do dano ambiental.
Impossibilidade de aplicação direta de pena restritiva de direito ou multa.	A partir da constatação do dano ambiental, as penas alternativas ou a multa podem ser aplicadas imediatamente.
Aplicação das penas alternativas era possível para crimes cuja pena privativa de liberdade fosse aplicada até dois anos.	É possível substituir penas de prisão até quatro anos por penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade. A grande maioria das penas previstas na lei tem limite máximo de quatro anos.
Destinação dos produtos e instrumentos da infração não era bem definida.	Produtos e subprodutos da fauna e flora podem ser doados ou destruídos, e os instrumentos utilizados na infração podem ser vendidos.
Matar um animal da fauna silvestre, mesmo para se alimentar, era crime inafiançável.	Matar animais continua sendo crime. No entanto, para saciar a fome do agente ou da sua família, ou para se defender do ataque de animais ferozes, a lei descriminaliza o abate.
Não havia disposições claras relativas a experiências realizadas com animais.	Experiências dolorosas ou cruéis em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, são consideradas crimes, quando existirem recursos alternativos.
A prática de soltura de balões não era punida de forma clara.	Fabricar, vender, transportar ou soltar balões, pelo risco de causar incêndios em florestas e áreas urbanas, é sujeita à prisão e multa.
O acesso livre às praias garantido, entretanto sem prever punição criminal a quem o impedisse.	Quem dificultar ou impedir o uso público das praias está sujeito a até cinco anos de prisão.
Os desmatamentos ilegais e outras infrações contra a flora eram considerados contravenções.	O desmatamento não autorizado agora é crime, além de ficar sujeito a pesadas multas.
A comercialização, transporte e armazenamento, de produtos e subprodutos florestais era punido como contravenção.	Comprar, vender, transportar, armazenar madeira, lenha ou carvão, sem licença da autoridade competente, sujeita o infrator a até um ano de prisão e multa.
A conduta irresponsável de funcionários de órgãos ambientais não estava claramente definida.	Funcionário de órgão ambiental que fizer afirmação falsa, enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados em procedimentos de autorização ou licenciamento ambiental pode pegar até três anos de cadeia.
As multas, na maioria, eram fixadas por meio de instrumentos normativos passíveis de contestação judicial.	A fixação e aplicação de multas têm a força da lei.
A multa máxima por hectare, metro cúbico ou fração era de R\$ 5 mil.	A multa administrativa varia de R\$ 50 a R\$ 50 milhões.

Fonte: Políticas Ambientais, IBASE (outubro/98), <http://www.o.globo.com.br>

afetando indistintamente os países do Sul e do Norte, se caracterizava, principalmente, pelo desemprego, pela marginalização social, pela exclusão, pelo desequilíbrio ambiental e por tornar toda ética supérflua.

A magnitude dos problemas deste fim de século ofuscou, de certa forma, a questão ambiental. A temática não é mais encarada como urgência nas agendas políticas internacional e nacional e a mídia desinteressou-se pela novidade. Para além de possíveis imediatismos, acreditamos que a temática ambiental não perdeu o significado. Ao contrário, poderia estimular uma reflexão crítica sobre a lógica individualista radical e a ausência de forças éticas capazes de subordinarem a utilização do ambiente aos fins de uma comunidade.

A ADESÃO BRASILEIRA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ruptura imposta pela transição do estado autoritário ao estado democrático se deu num contexto de agravamento da questão ambiental e da sua relevância para a temática do desenvolvimento. O governo brasileiro foi alvo, durante a década de 1980, de acirradas críticas internacionais em virtude da degradação ambiental e do desrespeito aos direitos humanos. A Amazônia era o centro das atenções ambientalistas devido aos desmatamentos, às queimadas e à conseqüente e irreparável perda do patrimônio genético e destruição das comunidades indígenas. Os bancos multilaterais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também foram responsabilizados por estimularem esse modelo de ocupação predatório.

Nesse contexto a problemática ambiental difundiu-se, nos anos de 1980

e 1990, por diferentes setores da sociedade. É importante considerar que a reflexão sobre a democracia e o meio ambiente no Brasil esteve, em geral, associada ao desenvolvimento. Os órgãos de governo, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e inclusive as agências multilaterais foram forças que se apropriaram do debate, movimentando-se com mais desenvoltura para defender ou atacar determinadas posturas levadas à existência em nome do ambiente e da sociedade (ou contra eles).

O antagonismo que alimentava o debate entre o “crescimento a qualquer preço” e o “crescimento zero” parecia resolvido com a realização da Rio-92, deslocando o eixo da questão para a qualificação do desenvolvimento. Ao se colocar no centro das preocupações sociais a pergunta sobre o tipo de desenvolvimento pretendido e como alcançá-lo — notabilizada no slogan *crescer sem destruir* —, aceitavam-se, tacitamente, as principais premissas postuladas pelos dois lados da contenda, criando-se um discurso alternativo: o desenvolvimento é necessário e desejável, respeitando-se os limites de sustentabilidade da natureza, redirecionando-se o modelo para evitar o desperdício de recursos e as desigualdades econômicas e sociais causadoras da miséria no mundo.

O conjunto de idéias reunidas na formulação do desenvolvimento sustentável e os objetivos programáticos formulados pela ONU — como a retomada do crescimento, a alteração da qualidade do desenvolvimento e o atendimento às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento da população mundial — foram, portanto, capazes de mobilizar governos e outros atores sociais. Já não mais causaria polêmica falar em desenvolvimento sustentá-

SIMPATIA E DESINFORMAÇÃO LADO A LADO

O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade é um programa de pesquisa qualitativa e quantitativa, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Conselho Nacional de ... (CNPq), cujo levantamento de opinião pública foi efetuado pelo Ibope em 1997. É uma continuidade (ampliada) do trabalho *O que o brasileiro pensa da ecologia*, realizado em 1992, pelo Iser/Museu de Astronomia, utilizando a mesma metodologia.

De acordo com a pesquisa, o meio ambiente é um tema de interesse para a sociedade brasileira e os cidadãos entrevistados valorizam a natureza, são favoráveis a sua preservação e, até, a consideram sagrada e intocável, revelando uma atitude de reverência religiosa. Mas as posturas favoráveis à natureza relativizam-se à medida que os temas ganham concretude ou proximidade. O brasileiro desconhece e não tem informações sobre as questões ambientais e, em nível pessoal, não acredita estar ao seu alcance uma ação ativa e efetiva pelo meio ambiente.

Quando solicitado a enumerar os componentes do meio ambiente, menciona, em primeiro lugar, os elementos naturais: as flores, os animais selvagens, os rios, o ar. Atribui pouca importância à presença humana ou a fatores sociais. Os brasileiros não associam a qualidade ambiental ao padrão de produção, distribuição e consumo do modelo de desenvolvimento.

RIO-92, MARCO HISTÓRICO

A realização da Rio-92 pode ser considerada um marco histórico para o debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A participação expressiva de 178 países e 114 chefes de Estado, além de representantes de 1.600 organizações não-governamentais na qualidade de observadores, conferiu legitimidade ao tema da degradação ambiental e da sobrevivência planetária e instaurou acordos em torno de princípios e normas de comportamento nunca antes alcançados.

Durante duas semanas (1 a 14/6/92) os governos aprovaram cinco documentos: a *Declaração do Rio*, com 27 princípios sobre obrigações ambientais e direitos ao desenvolvimento; a *Agenda 21*, uma estratégia de ação para o desenvolvimento sustentável, com 40 capítulos, incluindo, entre outros, combate à pobreza, combate ao desmatamento, combate à desertificação e às secas, mudanças de padrão de produção e consumo, transferência de tecnologia; a *Convenção sobre Alterações Climáticas*, assinada por 154 países, para proteção da atmosfera e controle da emissão de gases; a *Convenção sobre a Conservação da Biodiversidade*, com o mesmo número de assinaturas (apesar da resistência norte-americana, que só a assinou em 1993), para proteção da diversidade de plantas e animais; e a *Declaração sobre as Florestas*, que estabeleceu regras para o comércio internacional e usos múltiplos de produtos florestais.

vel como meta a ser alcançada e apropriada no discurso governamental e não-governamental. A adesão pragmática ao desenvolvimento sustentável fora, sem dúvida, alcançada.

NOSSAS VERDES POLÍTICAS

As políticas públicas ambientais no Brasil internalizaram, ao menos em suas proposições, o desenvolvimento sustentável, almejando alcançar a compatibilização entre a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social. Apesar disso, persiste um descompasso entre as estratégias de desenvolvimento e as políticas ambientais, em que os obstáculos não são de natureza técnica mas, fundamentalmente, políticos. A falta de articulação entre as políticas ambientais é uma dramática realidade, sem contar com a pequena interferência que elas exercem sobre as demais políticas que, de uma forma ou de outra, intervem em questões ambientais.

Foram também criados mecanismos de institucionalização que trouxeram para a cena política novos interlocutores representando o Estado e a sociedade civil. Citamos, ilustrativamente:

- A criação do IBAMA, como agência reguladora e de fiscalização; os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente (OEMAs e OMMAs); o Ministério do Meio Ambiente; a reativação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais; o Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT); o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).
- A atualização da legislação ambiental e a definição, pela Constituição de 1988, do papel do Estado como gestor do patrimônio natural e promotor da qualidade ambiental.
- A formulação de novos planos e pro-

gramas visando o redirecionamento das políticas desenvolvimentistas como o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), o Programa Piloto – PPG7, o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Proarco.

- a criação de instrumentos financeiros como o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), exclusivamente para a área ambiental.

Contudo, a institucionalização das políticas ambientais ocorreu em um quadro de crise e desestruturação do Estado. Enquanto proliferavam entidades, órgãos e conselhos ambientais, as políticas públicas enfraqueciam, tanto do ponto de vista dos resultados quanto no tocante à desativação e ao desmonte de agências.

Por último, cumpre destacar o fato de que as políticas ambientais vêm privilegiando os instrumentos de controle e ordenamento do espaço tais como a transformação em lei das propostas dos Zoneamentos Ecológicos e a criação de unidades de conservação ou áreas protegidas. O estabelecimento de restrições ambientais ao uso territorial seria, então, a forma de garantir um padrão de sustentabilidade adequado.

Nesse sentido, o questionamento das ONGs e movimentos sociais tem sido o de ampliar o leque de opções sobre a utilização do território, incluindo as demandas das populações residentes e as necessidades dos habitantes da região, tanto para o estabelecimento das unidades de conservação quanto para as destinações territoriais sugeridas pelos zoneamentos. ☐

Lais Menezes, economista e sócia de KOINONIA.

Trabalho infanto-juvenil

José Roberto Novaes

Numa conjuntura em que 11,7% da população economicamente ativa do Brasil é composta de crianças e adolescentes — muitos dos quais trabalham em condições insalubres, inseguras e penosas —, são necessárias ações para conter essa situação. Elas passam pela reforma agrária, distribuição de renda, geração de emprego e melhores salários

Em 1973, a OIT, em sua convenção 138, já recomendava a instituição de políticas nacionais com vistas à abolição definitiva do trabalho infantil, tendo como um dos pressupostos a progressiva elevação da idade mínima de quatorze anos para ingresso do jovem no mercado de trabalho (art. 1º).

Vinte e cinco anos depois, o Brasil tem, dentre 70 milhões de pessoas que compõem sua população economicamente ativa, aproximadamente 8 milhões de desempregados (dados do IBGE, conforme *Jornal do Brasil*, 3/6/1998 — “Novo perfil do drama”). Apesar desse elevado índice de desemprego, 3,599 milhões de crianças na faixa etária de 10 a 14 anos estão no mercado de trabalho. Incluindo a faixa etária de 15 a 17 anos, esse número alcança 8,715 milhões, o que equi-

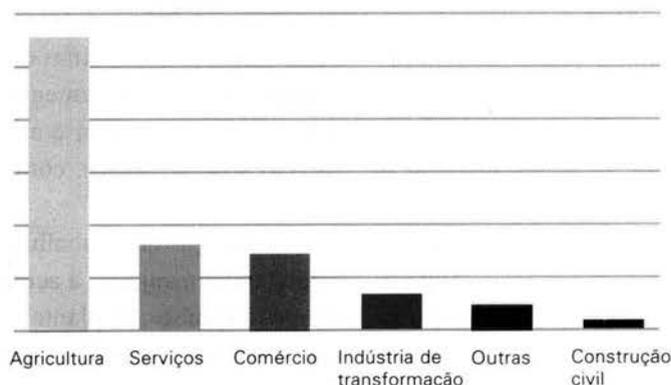
vale a 11,7% da população economicamente ativa do País. Esses trabalhadores estão distribuídos pelos diferentes setores da economia.

A agricultura é o setor que mais utiliza o trabalho das crianças, mesmo considerando que grande parte da população brasileira está concentrada nas cidades.

No caso do trabalho infanto-juvenil, o ingresso precoce no mercado se verifica em condições extremamente precárias: trabalho penoso, insalubre, salários baixos (81% dos adolescentes recebem até um salário mínimo/SM), jornadas acima de 40 horas semanais (em 77% dos casos) e grande instabilidade (apenas 9% das crianças e 33% dos adolescentes têm carteira de trabalho assinada pelo empregador). Com as dificuldades de acesso à escola, de-

Segundo informação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o uso da mão-de-obra de crianças e adolescentes encontra-se generalizado pelo mundo. Em 1966, existiam 250 milhões de pessoas entre 5 e 14 anos trabalhando, 95% delas concentradas em países ditos em processo de desenvolvimento. A Ásia é a região com maior número, dado naturalmente o seu contingente populacional mais elevado. Em termos relativos, a África ocupa a primeira posição. Entre os países, Índia, Nigéria e Brasil são os de índices mais altos.

CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS OCUPADAS POR RAMOS DE ATIVIDADES BRASIL 1993



Fonte: SABOIA, J. (1996). “Trabalho infanto-juvenil no Brasil dos anos 90”. *Cadernos de Políticas Sociais. Série Documentos para Discussão*. n.3. Brasília, UNICEF.

vido às longas e penosas jornadas de trabalho, 46% das crianças e adolescentes trabalhadores têm menos de quatro anos de instrução; por outro lado, a atividade que exercem se encontra distante de qualquer formação técnico-profissional (*Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil – 1996*, op. cit. De acordo com Antonio Carlos G. da Costa, dois fortes impactos do trabalho precoce sobre o processo de escolarização de crianças e adolescentes são precisamente a repetência e a evasão escolar. Cf. *O Estatuto da Criança e do Adolescente e o trabalho infantil no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas*. Brasília/SP, OIT/LTr, 1994).

Em muitas circunstâncias esse trabalho é visível e é considerado legal. São os serviços prestados pelas crianças como empacotadoras nos supermercados, mensageiras nas empresas, carregadoras nas feiras, empregadas domésticas ou babás. Em outras circunstâncias ele é clandestino e expressa face real da exploração do trabalho no País. Hoje as denúncias vão compondo um impressionante mosaico de variadas situações em que há crianças submetidas ao trabalho precoce e penoso.

Nas carvoarias as crianças ficam expostas às doenças causadas pela fumaça dos fornos e pelas elevadas temperaturas quando trabalham no interior dos fornos. Nos laranjais mantêm o corpo curvado para a frente quando recolhem laranjas do chão. Além do problema da postura, o peso da laranja armazenada na bolsa coletora pressiona a sexta vértebra da sua coluna cervical provocando danos irreparáveis para o resto da vida. Nos canaviais, trabalham manuseando um facão

cujas lâminas estão, a todo instante, perigosamente direcionadas para o corpo: para a canela quando corta a base da cana; para a mão quando apara a ponteira da cana cortada. O tamanho desproporcional do facão, o cansaço muscular imposto pelo ritmo de trabalho e a fome vão paulatinamente minando a destreza do operador e aumentando os riscos de acidentes, cortes e mutilações.

As crianças que trabalham no sisal estão também sujeitas a acidentes: ora com os espinhos da planta que perfuram os olhos e a pele, ora com o facão de corte, ora com o desfibrador que mutilam as pessoas. As que quebram pedras no interior da Bahia vi-

vem a mesma sina de uma vida *severina*. Uma família, mãe e sete filhos, consegue encher duas latas de querosene, de vinte litros, de pedra lascada por dia. A família recebe pelo trabalho R\$ 0,30/lata, ou seja, R\$ 0,60/dia. Muitos acidentes ocorrem nas mãos e nos rostos com as lascas da pedras.

Na produção agrícola controlada pelos grandes complexos agroindustriais (tabaco, uva, mate, fruticultura, etc.), onde predomina o trabalho familiar, é grande o número de crianças expostas à contaminação de agrotóxicos. Esse mesmo problema ocorre com aquelas que colam e costuram as solas dos sapatos na indústria calçadista, que percorrem as áreas de reflores-



Sidney Waismann

O ingresso precoce no mercado de trabalho se verifica em condições extremamente precárias: trabalho penoso, insalubre, salários baixos, jornadas acima de 40 horas semanais e grande instabilidade

tamento localizando formigueiro para aplicação de formicida e utilizam outros produtos tóxicos para extração e conservação da resina das árvores. Muitas dessas crianças têm as unhas corroídas por esses produtos.

POR QUE E PARA QUE TRABALHO INFANTO-JUVENIL?

Do ponto de vista empresarial, essa realidade faz parte de uma lógica: a da redução dos custos visando aumentar a sua competitividade no mercado, a redução do custo Brasil. Do ponto de vista social, essa lógica estimula o desemprego ao favorecer a inserção precoce das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho.

A relação entre trabalho infanto-juvenil com a pobreza e a miséria é óbvia. Os dados disponíveis (1990) revelam que a taxa de atividade de crianças pobres (renda familiar até meio SM *per capita*) era de 23% (contra 4,5% em famílias com renda *per capita* acima de 2 SM). Para os adolescentes, as taxas são também expressivas: 54% dos adolescentes pobres já trabalham contra 30% daqueles provenientes de famílias com renda *per capita* acima de 2SM.

Essa situação acaba servindo como justificativa para o emprego perverso dessa mão-de-obra. O argumento de que “se ajuda a criança para se ajudar a família”, enredada nas malhas das dificuldades da sobrevivência ou da

miséria, elide a exploração da criança e do adolescente. Em outras formulações, o ingresso precoce no mercado de trabalho aparece como única alternativa às ruas e à marginalidade, convertendo-se assim em prevenção à hipótese de prostituição, roubo e drogas.

Por outro lado, a Constituição proíbe o trabalho infantil (salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos) e regula o trabalho juvenil. Na letra da lei, a idade mínima para admissão ao trabalho é de quatorze anos e, nesse caso, além dos direitos previdenciários e trabalhistas, o trabalhador adolescente tem assegurado seu acesso à escola e diversas formas de proteção especial contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (título VIII, art. 227).

Inspirado na Constituição de 1988 e valorizando os direitos fundamentais de crianças e adolescentes como requisito básico da construção da cidadania no País, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) retoma disposições já presentes na Consolidação das Leis do Trabalho, enfatizando a proteção ao trabalho do adolescente (definido como pessoa entre doze e dezoito anos de idade), particularmente no sentido de vinculá-lo ao direito à profissionalização. Nesses termos, admite o trabalho a partir dos doze anos na condição de aprendiz, desde que não seja em período noturno, perigoso, insalubre ou penoso e vincule essa formação técnico-profissional ao processo de escolarização regular.

Não se trata aqui de um estímulo genérico; o Estatuto ressalta a necessária compatibilização de horário e tipo de atividades que devem ser fa-

voráveis ao desenvolvimento dos adolescentes. O adolescente aprendiz estaria, pois, submetido a uma atividade laboral definida como um trabalho educativo, ou seja, aquele “em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” (Art. 68, parágrafo 1º).

INICIATIVAS PARA INIBIR O USO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO MÃO-DE-OBRA

Por meio de programas sociais, várias instâncias de governo têm buscado soluções para enfrentar o problema. Porém, tais soluções se apresentam de forma limitada e têm caráter de política compensatória. Por exemplo, em 24 de janeiro de 1997 o governo federal criou o programa de erradicação do trabalho infantil Bolsa Criança Cidadã, que concede uma bolsa-educação no valor de R\$ 50,00 às famílias de baixa renda cujos filhos permaneçam freqüentando a escola. Segundo dados oficiais, ao longo do ano de 1997, 35 mil crianças foram beneficiadas: 2 mil nas carvoarias e nas plantações de erva-mate no Mato Grosso do Sul; 27 mil nos canaviais de Pernambuco; e 6 mil na produção de sisal e nas pedreiras da Bahia. Isso representa menos de 0,5% das crianças e adolescentes precocemente inseridas no mercado de trabalho brasileiro.

Uma avaliação desse programa foi realizada pela *Save the Children* (agosto de 1998) em Pernambuco. Na conclusão, destacamos algumas questões: a) o medo de completar 15 anos e ser desligado do Programa; b) a baixa qualidade da escola; c) a ausência de um projeto de desenvolvimento social

Para aqueles a quem
a sociedade não assegura
efetivamente condições
de acesso e de manutenção
nos bancos escolares, o que
resta é aceitar qualquer
trabalho

e econômico; d) as diferentes percepções dos pais e das crianças sobre o Programa: para elas, brincadeiras, e para eles, dinheiro.

A superação dessa política estaria no enfrentamento das questões estruturais: reforma agrária, distribuição de renda, geração de emprego, melhores salários. Em outras palavras, o uso indevido do trabalho deve ser pensado no âmbito do reordenamento dos parâmetros que definem a centralidade do desenvolvimento econômico.

Mas, nesse contexto, os fundamentos do sistema educacional precisam também ser revistos. É preciso educar para a vida, assegurando ensino de qualidade para todos. É preciso questionar valores difundidos na sociedade que alimentam preconceitos, que segmentam a sociedade entre cidadãos e não-cidadãos. Quando o trabalho das crianças pobres se torna natural, reforça-se um senso comum difuso que valoriza qualquer tipo de trabalho. “O trabalho infantil é necessário porque a criança está ajudando a sua família a sobreviver”; “A criança que trabalha fica mais esperta, aprende a lutar pela vida e tem condições de vencer”; “O trabalho enobrece a criança, antes trabalhar que roubar”.

Tais formulações produzem uma cumplicidade comprometida entre os pais e os patrões. Trata-se de encontrar meios para desfazer uma certa confluência perversa de interesses: a necessidade de sobrevivência das fa-

mílias dos trabalhadores alimenta a estratégia empresarial em preservar nichos de mercado para o trabalho precoce (seja porque queiram poupar encargos trabalhistas, seja porque existe mercado específico ante os elevados níveis de produtividade de crianças e adolescentes em certas atividades.) Um exemplo dessa confluência de interesses está registrado no relatório da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do Mato Grosso do Sul (março de 1995), quando mostra que os próprios trabalhadores e os empresários das carvoarias se juntam para esconder as crianças com a chegada da fiscalização.

Podemos, portanto, perceber a existência de diferentes concepções sobre o lugar das crianças na sociedade: crianças que são filhas dos pais que podem mantê-las nas escolas e as outras que só têm duas opções, isto é, ou bem trabalham, ou bem vão cheirar cola, vão ser delinquentes. Certamente em todas as famílias se diz que “lugar de criança é na escola”. Mas essa afirmação faz parte de uma estratégia de auto-apresentação das pessoas, elas estão dizendo aquilo que acham que deve ser dito, que ouvem todos os dias na televisão. Mas a mesma televisão e a mesma sociedade que dizem que criança deve ir para a escola dizem também que a criança não deve ficar na rua cheirando cola. Portanto, para aqueles a quem a sociedade não assegura efetivamente condições de acesso e de manutenção nos bancos escolares, o que resta é aceitar qualquer trabalho.

Convencer essas famílias de que o lugar de todas as crianças e dos ado-

lescentes brasileiros é realmente na escola torna-se, pois, imprescindível para a luta democrática mais geral pelas oportunidades e pelos direitos iguais. Só nesse contexto o Estatuto da Criança e do Adolescente será um marco histórico. Hoje temos uma legislação que é anterior à formação de uma consciência coletiva que rejeite de fato o trabalho infanto-juvenil. Para alterar a lógica presente neste *locus* produtor e reprodutor de desigualdades sociais torna-se primordial a mudança dos valores na sociedade. A real vigência da lei está, de certa forma, na dependência da mudança de mentalidade sobre o assunto.

Em resumo, a erradicação do trabalho infantil implica no enfrentamento de temas estruturais relacionadas ao emprego, ao salário, à distribuição da riqueza na sociedade; exige a retirada dessa questão do campo do clientelismo político, do jogo de favores, e requer sua inserção definitiva no campo dos direitos de igualdades, de acesso e de oportunidades. Requer, ainda, a participação da sociedade nas instâncias de elaboração, implantação e fiscalização da ação governamental, controlando sua ação local.

Contudo, o maior desafio desse trabalho consiste em reverter a dominação interiorizada no seio das famílias das classes populares. Trata-se de promover mudanças de valores, de concepção sobre o lugar da criança e do adolescente na sociedade em geral. Essa perspectiva pode criar uma força social capaz de reverter a atual situação. 

José Roberto Novaes, professor do Instituto de Economia/UFRJ.

O futuro do trabalho

Michel Zaidan Filho

Uma das mais sugestivas cenas da cinematografia universal é aquela de *2001: Uma odisséia no espaço*, em que um macaco antropóide, após um movimento aleatório com o braço, apercebe-se do efeito traumatológico produzido pelo seu gesto sobre a ossada de outro macaco estendida no chão. Essa bela imagem ilustra com perfeição a famosa tese do trabalho como fundamento ontológico da história pelo homem trabalhador (*homo faber*). O trabalho é apresentado aí como a dimensão essencial do processo da formação da espécie humana e o homem, como criatura cujo "ser genérico" somente se objetiva através do trabalho. Nesse ponto, visualizamos o homem em relação à natureza, por meio da mediação do trabalho.

Mas em que consiste essa relação fabril do homem com a natureza? "Em brincadeira ou jogo", poderíamos afirmar seguindo as pegadas do psicanalista austríaco Bruno Bettelheimer. O trabalho encarado como brincadeira seria aquele em que o homem se comprazeria na atividade em si mesma, independentemente dos resultados. Um trabalho mais libidinal, mais prazeroso. Outra coisa seria a atividade fabril pensada como jogo, pois aí a preocupação fundamental é com o resultado, a eficácia, o êxito.

Como essa mediação fabril entre o homem e a natureza nunca se fez de forma abstrata, pura, ela tem ocorrido historicamente mais como jogo do que como brincadeira. Isso significa dizer que tal mediação tem-se dado por meio de relações sociais determinadas, ou seja, escravistas, servis, assalariadas, etc. Como atividade subordinada a

um fim, um objetivo socialmente determinado, o trabalho é regido por uma lógica muito específica que é a instrumental, técnica e teleológica. Que significa isso? Tendo em vista a eficácia, o êxito ou resultado previamente concebido, o homem trabalhador esgota a sua racionalidade em adequar meios e fins, de maneira a atingir os objetivos planejados.

Neste sentido o que aparece em causa não é tanto a dimensão auto-realizativa, auto-expressiva do criador, mas sobretudo a sua capacidade de, pela dominação técnica da natureza, obter êxito, sucesso em sua ação. A lógica do pensamento instrumental ou teleológica esgota-se precisamente neste ponto: a eficácia, a obtenção do resultado.

Foi graças ao império dessa racionalidade instrumental que se constituíram as chamadas sociedades do trabalho, e principalmente a sociedade industrial. Sem o concurso dessa racionalidade, seria impossível a reprodução material de qualquer humano. Ela é assim uma dimensão básica, fundamental da existência humana.

DO HOMO FABER PARA O HOMO LUDENS

Ocorre que ela não é única, e talvez hoje nem mesmo a mais importante (fala-se ultimamente na existência de uma dimensão interativa, ligada ao aprendizado moral das sociedades, que hoje se estaria tornando mais importante do que a dimensão fabril). Sociedades construídas sob o império dessa racionalidade se afiguram como grandes cárceres, submetidos por uma forma tanto mais sutil de poder como

onipresente na vida do cidadão. Sociedades de trabalho, no sentido estrito da palavra: de homens unidimensionais a partir de uma lógica instrumental. Daí, a crise de motivação existente nas sociedades pós-industriais. Que alternativas oferecer a um contingente humano cada vez mais liberto do trabalho (ou expulso do mercado de trabalho), não obstante governado por uma moral do trabalho, por uma racionalidade do trabalho, por um contrato social mediado pelo trabalho, que se esgota na mera adequação entre meios e fins?

Hoje, mais do que nunca, tornou-se evidente que a única alternativa válida para o resgate das utopias libertárias do século XIX só pode ser a recuperação da outra dimensão perdida do trabalho — atividade libidinal que se contente em seu auto-exercício, como catarse, como atividade auto-expressiva e livremente criadora. O estágio atual da nossa civilização já nos permite vislumbrar esse tipo de trabalho, liberto de uma rígida divisão e especialização técnica de tarefas. Pensando assim, o trabalho deverá recobrir progressivamente uma vasta e complexa gama de necessidades humanas (mais que sociais) e ajudar a construir uma história dos homens enquanto seres livres, felizes e criativos. Economia política de desejo e sonhos, essa nova atividade substituirá o *homo faber* pelo *homo ludens* e dará razão ao filósofo alemão F. Schiller, ao dizer que "o homem só é homem quando brinca".

Michel Zaidan Filho, coordenador do Mestrado de Ciências Políticas da UFPE e professor do Mestrado de Meio-Ambiente.

Pão e cidadania

Dom Mauro Morelli

Promover os direitos humanos e a cidadania, fortalecer a participação social, melhorar quantitativa e qualitativamente o abastecimento alimentar local, permitir o acesso a uma alimentação adequada por meio de justa distribuição e geração de renda e reduzir a desnutrição e mortalidade materna e infantil estão entre algumas propostas apresentadas pelo autor para superar todas as formas de exclusão

As últimas eleições revelaram um percentual elevado de insatisfação com a atual condução da política e com o modelo vigente de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento humano sustentável seria a proposta subjacente à rebeldia cívica dos eleitores que, em vários estados, elegeram candidatos comprometidos com a mudança do rumo e dos objetivos da economia.

Em relação ao bem-estar e à realização da pessoa humana, as conferências promovidas nos últimos anos pelas Nações Unidas ou por seus organismos, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1996, demonstram resultados medíocres e alertam para o agravamento da exclusão social e da fome no mundo. Comprometidos com opções econômicas que degradam o meio ambiente e produzem um volumoso contingente de excluídos, muitos governos abandonam o povo à própria sorte.

O Movimento pela Ética na Política, após o *impeachment* do presidente da República em 1992, declarou que a fome e a miséria são as expressões mais vergonhosas e criminosas da corrupção em nosso país. A indignação do povo brasileiro transformou-se, então, em gigantesco movimento de solidariedade, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conheci-

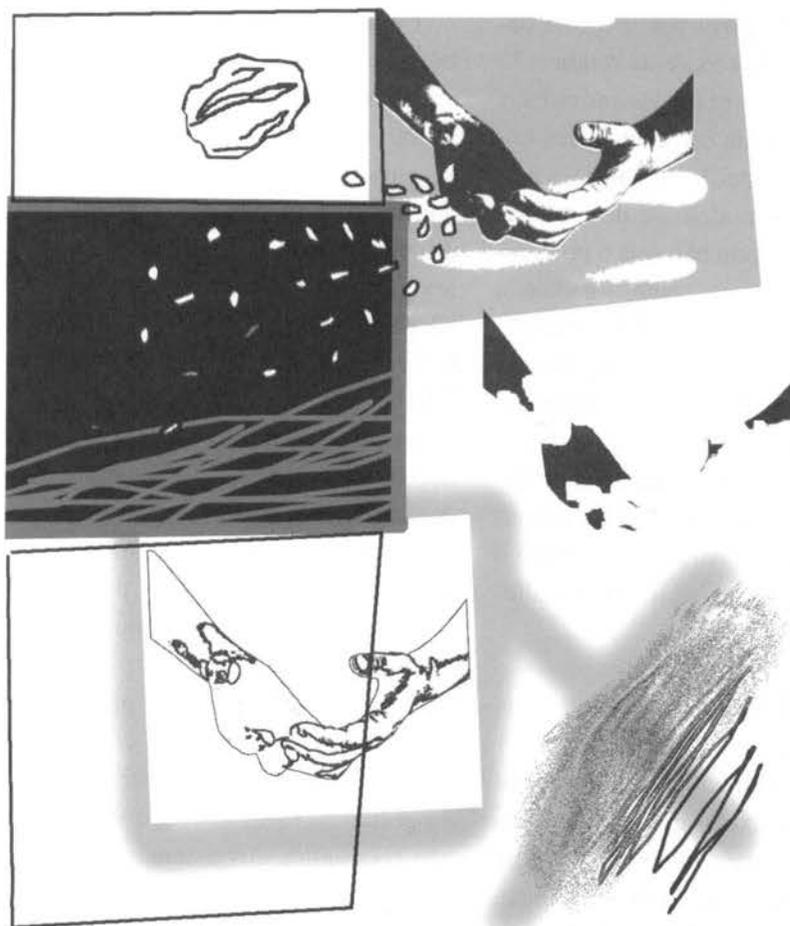
do, ainda, como a Campanha contra a Fome ou Campanha do Betinho.

Vivemos jornadas memoráveis de solidariedade, de realização de programas emergenciais e de busca de novos rumos e diretrizes para o desenvolvimento. Recordo o surgimento e a atuação de milhares de comitês; o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), como fruto da parceria do Movimento pela Ética na Política com o governo Itamar Franco; o Prodea, como resposta emergencial à seca no Nordeste, atingindo mais de dois milhões de famílias; e, por último, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1ª CNSA).

Em janeiro de 1995, por decisão unilateral do presidente Cardoso, cessou a parceria com a Presidência da República, ocorrendo inevitável derrocada de muitas iniciativas e, principalmente, a não-implementação das Diretrizes da 1ª CNSA.

Enfrentando grandes dificuldades, a Ação da Cidadania jamais cessou e jamais cessará de lutar pela transformação do Brasil em Estado organizado para garantir vida com dignidade e cidadania para todo o povo. A proximidade dos festejos do quinto centenário do *Descobrimento* ajuda-nos a recordar que, desde os primórdios do Brasil, a população nativa e o povo negro sempre lutaram pela própria cidadania.

Ao longo dos últimos quatro anos



Martha Braga

houve sério empenho, dentro e fora de nosso país, em manter o desafio da fome e da miséria como questão política de primeira grandeza. Assim foram surgindo várias redes para atuação com governos, organismos das Nações Unidas e a própria sociedade civil.

Em novembro de 1998 surgiu o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, como instância nacional de articulação da sociedade civil. O resultado das eleições, o agravamento da exclusão social decorrente das medidas de reajuste da economia e o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos levaram-nos a reafirmar o compromisso com uma sociedade

mais justa e igualitária por meio da Ação da Cidadania e da adoção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Como eixo do desenvolvimento humano sustentável, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional não atingirá seus objetivos com mais um programa de assistência social. Não se trata de criar mais uma secretaria ou agência social, mas fazer uma opção política que ocupe lugar prioritário nas ações da sociedade e que perpassse todas as esferas de ação do poder público. Queremos ver garantidos a todos e a cada um dos brasileiros o acesso e o gozo dos frutos da terra e do trabalho humano.

ALIMENTO COMO SINÔNIMO DE CIDADANIA

Comer é direito humano básico que jamais pode sofrer qualquer restrição. A criança e o idoso não produzem, mas têm direito de assentar-se à mesa da fraternidade e participar do banquete da vida. Todos temos direito à nutrição e, conseqüentemente, ao alimento adequado às necessidades pessoais e culturais. O direito ao alimento não se reduz, pois, a uma ração que garanta a subsistência.

Em nome da segurança nacional construiu-se uma potência econômica, terceiro produtor e exportador de alimentos. Em nome da segurança alimentar queremos combater a não-cidadania e garantir comida em todas as mesas. Temos que rever critérios, mudar opções e abrir caminhos para implantar um modelo de desenvolvimento que nos traga uma revisão da estrutura agrária e política agrícola e política salarial e que nos conduza como povo a ser uma comunidade em que o pão de cada dia esteja presente em todas as mesas, com fartura e dignidade. Segurança alimentar não se confunde com a distribuição de sacolas de alimento ou cestas básicas. Segurança alimentar é direito à vida e exigência de cidadania.

Segurança Alimentar faz parte de novo e mais amplo conceito de segurança que engloba a garantia de atendimento às necessidades básicas para o crescimento harmonioso da criança até o respeito às minorias e aos dissidentes. Antes da segurança das coisas e do Estado, está a segurança das pessoas.

Segurança Alimentar é garantia do direito básico de cidadania. Em cada mesa o "pão nosso de cada dia" adquirido com dignidade e suficiente para assegurar as necessidades nutricionais da cada pessoa.

A exclusão social, econômica e política de um em cada seis seres humanos e a devastação da natureza exigem um novo modelo de desenvolvimento cujo sentido não seja o progresso a qualquer custo, nem a ganância insaciável, sua medida

Segurança alimentar é fruto do redimensionamento da estrutura agrária e consequência de política agrícola que ofereça condições favoráveis aos trabalhadores rurais para produzir alimento suficiente para atender às necessidades nutricionais e culturais do povo. Segurança Alimentar significa produzir para saciar a fome e celebrar a vida.

Segurança Alimentar é consequência de decisão política que transforma a economia de mercado em economia com mercado, direcionando-a a um processo de desenvolvimento que privilegia a participação e a realização da pessoa humana, que valoriza o trabalho e remunera o trabalhador com um salário que faça justiça à sua dignidade e garanta efetivamente a cidadania. A geração e oferta de empregos, ou seja, a oportunidade de participar ativamente do desenvolvimento é consequência lógica de um modelo de desenvolvimento que tenha como meta o ser humano e que respeite as grandezas e os limites da natureza.

A Segurança Alimentar exige ajustes profundos e radicais na economia brasileira a fim de produzir alimento para consumo do povo. Não tem como

objetivo o *cash production* do terceiro exportador de alimentos, mas comida na mesa do povo por meio da democratização da terra e da renda.

A exclusão social, econômica e política de um em cada seis seres humanos e a devastação da natureza exigem um novo modelo de desenvolvimento cujo sentido não seja o progresso a qualquer custo, nem a ganância insaciável, sua medida. O desenvolvimento sustentável será alicerçado nas virtudes da sobriedade e da moderação, da simplicidade de vida e da solidariedade. Um novo modelo de desenvolvimento pressupõe não somente conversão à justiça, mas também uma profunda revolução ética, cultural e cósmica.

PARTILHANDO O ALIMENTO E A LUTA

Creemos que o Brasil pode e deve vencer a fome e a exclusão social. Creemos também que fome e miséria não rimam com democracia. A partilha do alimento, uma profissão de fé na igualdade de natureza e de direitos. A fome de uma criança ou a exclusão de qualquer pessoa, é uma negação da nossa própria dignidade como seres humanos.

Além das fronteiras a sociedade brasileira tem sido reconhecida e encorajada em sua luta pela segurança alimentar e nutricional. O combate à fome congregou a Nação de forma jamais experimentada. Fruto dessa grande mobilização e da sensibilidade de alguns governantes, várias iniciativas vêm sendo tomadas nos últimos anos com base na parceria de governos e sociedade civil. Descobrimos um caminho novo marcado pela tolerância e valorização do pluralismo. Sabemos que podemos eliminar a fome em curto prazo de tempo. Longa será a estrada que nos conduzirá à superação de

todas as formas de discriminação e de exclusão.

Com a participação ativa das populações excluídas, mediante ações concertadas entre a sociedade civil, empresariado e organismos governamentais, podemos encontrar as soluções que atendam às exigências da realidade e à cidadania de nosso povo. Assim, revigorado pela solidariedade, o Brasil poderá conhecer uma profunda e feliz transformação social. Não nos faltam recursos técnicos e financeiros, humanos ou materiais. Falta-nos uma decisão coletiva, principalmente uma decisão de governo. Estamos convictos de que os novos governadores podem e devem desempenhar papel ativo na formulação e implementação de tais ações.

Nossa proposta visa a promoção dos direitos humanos e da cidadania, o fortalecimento da participação social na gestão da *Res Publica*, a viabilização econômica dos assentamentos da reforma agrária e da agricultura familiar, a melhoria quantitativa e qualitativa do abastecimento alimentar local, o acesso a uma alimentação adequada por meio de justa distribuição e geração de renda, a redução da desnutrição e mortalidade materna e infantil e, afinal, a promoção de práticas alimentares e hábitos de vida saudáveis.

Ao longo de vinte e quatro anos de episcopado, participo ativamente da luta por uma sociedade mais justa e fraterna que garanta vida com dignidade e esperança principalmente para as crianças, a riqueza de nosso futuro. Como pastor na Baixada Fluminense, sonho com a sociedade do pão repartido e o povo na praça celebrando a vida com muita festa. Um sinal do Reino. ☪

Dom Mauro Morelli, bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti.

Transgênicos — O que vamos **COMER** no futuro?

Grace Dantas

Organismos geneticamente modificados estão aí. Vozes ilustres aplaudem: maior produtividade. Outras também ilustres condenam: os riscos ainda não foram devidamente calculados. Aceitos pelo mercado norte-americano e rejeitados pelos mercados europeu e japonês. O debate aí está.

A polêmica em torno dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) vem ocupando espaço cada vez maior na mídia européia e começa a atingir, ainda que timidamente, o público norte-americano, grande consumidor desses produtos. No Brasil, os OGMS estão na ordem do dia. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) abriu em sua *homepage* um fórum de debates sobre a utilização de organismos transgênicos, para que a comunidade científica possa se manifestar sobre o assunto.

O tema já chegou ao grande público, com a repercussão alcançada pela decisão do governo de autorizar a comercialização da soja transgênica

Roundup Ready (RR), da multinacional Monsanto. O parecer favorável foi dado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia que responde oficialmente pelo acompanhamento da engenharia genética no País.

No assunto ninguém é neutro. De um lado estão as indústrias e determinados setores do governo, que reivindicam a liberação do cultivo em larga escala dos transgênicos, alegando que são seguros e garantem maior rentabilidade. Do outro, entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, pesquisadores e parlamentares, exigindo mais estudos sobre os riscos à saúde, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) com o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) e a rotulagem obrigatória dos produtos.

Em meio a esse fogo cruzado, a frase precisa com que a vice-presidente da SBPC, a bioquímica Glaci Zancan, introduz o assunto serve de bússola para orientar a discussão: a construção de OGM veio para ficar. A questão é como utilizar, de modo seguro e ético, essa ferramenta.

As plantas e alimentos transgênicos são produto do desenvolvimento da Engenharia Genética, que permite que se retire o gene de um organismo e se transfira para outro.

Esses genes “estrangeiros” quebram a seqüência de DNA onde estão as características de um serviço — do

organismo receptor, que passa por uma reprogramação, podendo produzir novas substâncias.

A primeira experiência com OGM ocorreu na década de 1980, quando se transferiu o DNA de uma bactéria para uma planta. Os alimentos transgênicos podem entrar em grande parte de nossa dieta alimentar. Podem ser consumidos *in natura* ou manufaturados, a partir de microorganismos, animais ou plantas desenvolvidos em laboratórios.

Se já fosse comercializada no Brasil, a soja transgênica poderia estar presente na composição de inúmeros alimentos encontrados nos supermercados, como pães, chocolates, bolos, sorvetes, margarinas e óleos comestíveis. A soja e, mais recentemente, o milho transgênicos são cultivados e largamente consumidos nos Estados Unidos e na Argentina. Essa, aliás, é a justificativa que os defensores dos OGMs usam para introduzir os produtos no mercado nacional. Por outro lado, os mercados europeu e japonês rejeitam, em sua grande maioria, os alimentos transgênicos.

Para o Brasil, segundo maior produtor de soja depois dos Estados Unidos, essa pode ser a grande chance de abocanhar a fatia de mercado que prefere a soja convencional. Na Inglaterra, onde a sociedade ainda está sob o impacto das conseqüências da doença da vaca louca, os consumidores assustaram-se quando foram divulgados na mídia resultados de pesquisas realiza-

RISCOS JÁ DETECTADOS

Um manifesto assinado por diversas entidades alertava, já antes do polêmico parecer da CTNBio, sobre os riscos da utilização da soja Roundup Ready. Os principais problemas por eles assinalados são:

- maior produção na soja de hormônios assimiláveis pelo metabolismo humano;
- interação da soja modificada com cadeias tróficas de pragas e predadores;
- potencial de resistência ao glifosato (princípio ativo do herbicida) por ervas invasoras que prejudicam a lavoura;
- maior incidência de dermatites entre trabalhadores rurais provocadas pelo glifosato;
- possíveis reações alérgicas aos novos compostos da soja (em especial entre crianças que já apresentam alergias aos laticínios);
- resistência a antibióticos — por causa dos genes de resistência a antibióticos usados como marcadores das plantas geneticamente modificadas e evidências de persistência do glifosato no solo, nos cursos de água e lençóis freáticos.

das com ratos alimentados com batatas transgênicas, indicando danos ao sistema imunológico.

As pesquisas do doutor Arpad Pusztai foram desacreditadas por Philip James, chefe do Rowett Research Institute, que suspendeu o cientista. Porém, em depoimento à Câmara dos Lordes, Pusztai defendeu as conclusões de sua pesquisa, assinalando, no entanto, a necessidade de mais estudos. Em fevereiro, delegados dos países signatários da Convenção sobre Biodiversidade não se entenderam em Cartagena, Colômbia, e fracassaram as negociações para elaborar um Protocolo de Biossegurança da ONU (ver quadro).

A SITUAÇÃO NO BRASIL

Desde 1996, a CTNBio autoriza plantios para testes de OGMs no Brasil. Somente este ano já há cerca de oitenta pedidos de autorização para experimentos. Em agosto do ano passado, a Comissão deu o mais controvertido parecer: concluiu que não há risco no uso comercial da soja RR, criada pela multinacional Monsanto para resistir a um veneno contra ervas daninhas, o herbicida Roundup, que é produzido pela mesma empresa. A multinacional, no entanto, enfrenta uma batalha judicial.

Há uma ação na Justiça contra a União para tentar impedir a comercialização da soja, iniciada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), pelo Greenpeace e por outras entidades. E a iniciativa recentemente recebeu a adesão de um aliado importante: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão fiscalizador da legislação federal. Por considerarem falha a avaliação dos riscos à saúde e ao meio ambiente, as entidades querem que o governo não autorize o cultivo comercial, alegando o princípio de precaução.

Em março, essas entidades comemoraram como uma vitória o fato de a empresa ter retirado do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares a solicitação de registro de propriedade intelectual de cinco variedades de soja, etapa necessária para o registro definitivo e comercialização do produto. Mas a Monsanto avisa que não desistiu. “O pedido será novamente protocolado dentro de trinta ou sessenta dias. Os dados com as características das variedades estavam incompletos”, justificou o gerente técnico da Monsanto do Brasil, Geraldo Berger. A empresa pretende iniciar o plantio na próxima safra de 1999/2000. Sobre a

alegação de falha no processo de avaliação dos riscos, Berger explica que os dados foram apresentados aos cientistas da CTNBio, que os aprovou e não julgou necessário o EIA.

Segundo defendeu a bioquímica Glaci Zancan durante audiência pública na Câmara dos Deputados ano passado, são necessários maiores estudos para liberar o cultivo em larga escala de OGM. “Nosso conhecimento sobre hibridização entre linhagens selvagens e plantas cultivadas precisa ser aprimorado, bem como o conhecimento da expressão do genoma vegetal sobre as mais distintas condições ambientais, pois ele é ainda pequeno e não permite uma avaliação correta dos riscos a longo prazo”, alertou a professora titular da Universidade Federal do Paraná. “As dúvidas levantadas sobre cada caso têm aparecido permanentemente em literatura específica, apontando a necessidade de maiores estudos sobre as implicações do cultivo em larga escala”, explicou Zancan.

Apesar de criticar a ausência de um especialista em tecnologia de alimentos e a incompleta avaliação dos riscos, a bioquímica defende a importância da comissão. A SBPC, junto com o Idec e a Greenpeace, pede uma moratória de cinco anos para liberar o cultivo intensivo de plantas transgênicas, tempo necessário para que se realizem os estudos.

A tese é contestada por Silvio Valle, coordenador de cursos de Biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). “Existe um exagero em pedir uma moratória indiscriminada porque assim perderemos conhecimento agregado entre a comunidade científica”, afirma. Ele concorda, porém, que no caso da soja da Monsanto houve precipitação da autoridade competente, já que a empresa não deu informa-

OS MANDAMENTOS DOS ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

A *Consumers International* (órgão internacional de defesa do consumidor, com sede em Londres) definiu uma série de pontos que devem ser incorporados pela sociedade mundial na era dos alimentos transgênicos.

1. É preciso estabelecer regras e controle que garantam a segurança de todos os alimentos geneticamente modificados. Isso deve incluir avaliações obrigatórias — e exaustivas — e monitoramento dos impactos no meio ambiente, na saúde e socioeconômicos.
2. Atenção especial deve ser dada ao impacto nos países em desenvolvimento.
3. Devem ser buscados meios que permitam ao público participar das tomadas de decisão sobre alimentos geneticamente modificados.
4. Regras internacionais sobre engenharia genética, incluindo aspectos como pesquisa, desenvolvimento, testes, produção e comercialização, devem ser acordadas com urgência.
5. Todos os gêneros alimentícios devem ser rotulados com detalhes e de modo claro.
6. Deve ser criado um símbolo identificando o alimento produzido a partir de modificação genética, que será reconhecido no mundo inteiro.

ções suficientes sobre a questão da biossegurança.

“As entidades da sociedade civil vão sugerir ao governo uma revisão do decreto-lei que criou a CTNBio, de modo a mudar sua composição, a forma de trabalho, aumentar a representação da sociedade civil, dos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde e excluir o representante das indústrias, que é a parte interessada”, avisou a

coordenadora da Campanha contra Transgênicos da Greenpeace, Marijane Lisboa. Os ambientalistas questionam o fato de a CTNBio ser subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Para Marijane, os transgênicos são uma questão de meio ambiente e saúde pública e não de tecnologia. “A ordem das prioridades está invertida”, afirma.

VANTAGENS E DESVANTAGENS

Os defensores da comercialização das plantas transgênicas garantem que elas contribuem para aumentar a produtividade, já que reduzem a aplicação de defensivos na agricultura. Essa opinião é contestada pelo agrônomo Sebastião Pinheiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: a soja transgênica não traz benefícios nem para o pequeno agricultor nem para o consumidor e tampouco para o meio ambiente, garante. No Rio Grande do Sul — explica Pinheiro — os agricultores produzem um tipo de soja natural, sem agrotóxico, que no mercado internacional alcança maior preço que a comum e a produtividade chega ao dobro da grande lavoura; com relação à saúde do consumidor, o resíduo do herbicida aplicado sobre as folhas da planta aumenta cem vezes; e a contaminação ambiental é três vezes maior. A opção pela agricultura orgânica é uma tendência mundial, como consequência do crescimento do movimento ambientalista que reduz o mercado da indústria de agrotóxicos. O argumento de que aumentando a produção os alimentos transgênicos vão ajudar a resolver o problema da fome no Terceiro Mundo é questionado pelo economista David Hathaway, consultor da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (Aspta): a causa da fome não é a produção insuficiente de alimentos e sim a falta de recursos para adquiri-los.

Apesar das denúncias dos ambientalistas sobre os riscos da utilização da soja Roundup Ready, o gerente da Monsanto garante que ela “torna mais fácil e eficiente o cultivo porque permite que se utilize apenas um herbicida para controlar as ervas daninhas, com eficiência de 100%, tornando a produção mais rentável; e é menos tóxico na medida em que se faz uma aplicação apenas”. Até agora não surgiu nenhuma erva daninha — garante Berger — resistente ao herbicida, que é utilizado há vinte anos no País.

Outro ponto levantado é o interesse comercial da multinacional. Como a soja transgênica resiste ao herbicida produzido pela Monsanto, isso obriga a uma operação casada, sempre lucrativa para a empresa. É importante lembrar que a maioria dos pedidos de testes para aprovação pela CTNBio refere-se a plantas resistentes a herbicidas, produzidos pela mesma empresa. “As plantas transgênicas até agora comercializadas (no mundo) não crescem nenhum valor alimentar, nem têm maior produtividade em biomassa em relação às normais”, garante Glaci Zancan.

A BANDEIRA GAÚCHA: OGM FREE

No Rio Grande do Sul, estado responsável por 22% da produção de soja nacional, o decreto assinado no dia 3 de março pelo governador Olívio Dutra, do PT, determina que todos os experimentos com OGM tenham o EIA, além das outras exigências previstas pela CTNBio. A Comissão só exige o estudo se julgar necessário. Paralelamente, na Assembleia Legislativa gaúcha o deputado Elvino Bohn Gass (PT) apresentou, em fevereiro deste ano, um projeto de lei que veda o cultivo comercial e a venda de OGMs destinados à alimentação humana e de animais no estado. Os argumentos são: ameaça de “perda da biodiversidade,

A ENGENHARIA GENÉTICA E OS ALIMENTOS

Na Engenharia Genética, um gene — a parte de uma cédula que controla as características físicas, o crescimento e o desenvolvimento de um ser vivo — é isolado no organismo X e transferido para o organismo Y, para criar um novo organismo, Z.

Desse modo, Y é modificado para conter uma característica desejada de X, e a nova forma de vida Z pode agora passar as mudanças genéticas a sua descendência. A Engenharia Genética tem vários impactos sobre a cadeia alimentar:

- o alimento pode compor-se de organismos geneticamente engenheirados (por exemplo, um tomate geneticamente modificado);
- o alimento pode conter organismos geneticamente engenheirados (por exemplo, molho de macarrão com tomates geneticamente modificados);
- o alimento pode ser produzido utilizando-se OGMs que permanecem no produto (por exemplo, pão assado com fermento geneticamente modificado);
- o alimento pode ser produzido a partir da Engenharia Genética, sem que o gene modificado fique no produto final (por exemplo, leite de vacas tratadas com hormônios de crescimento geneticamente modificados).

escravização dos agricultores às sementes de soja vendidas pela empresa, desvalorização do produto, já que a tendência mundial é que a soja convencional obtenha melhores preços no mercado”.

O agrônomo Sebastião Pinheiro denuncia que há cerca de 300 mil hectares de plantação de soja transgênica clandestina no estado. Mas o agricultor que adquiriu a semente é a vítima dessa situação — afirma —, pois ele

foi enganado. Dos três grandes produtores de soja — Estados Unidos, Brasil e Argentina —, que detem 90% do mercado mundial, o Brasil é o único em que a soja transgênica não foi implantada e os mercados europeu e japonês absorveriam nosso produto.

Seguindo o exemplo dos gaúchos, há iniciativas de se estabelecer uma legislação sobre experimentos e cultivo de OGMs também no Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Brasília, Goiás e Paraná, por meio de projetos de lei de deputados ou resoluções de secretarias. “O que está acontecendo é que alguns governos estaduais, percebendo que a CTNBio facilitou completamente as autorizações, estão se precavendo e desenvolvendo legislações locais”, disse a representante da Greenpeace.

ROTULAGEM

O parecer da CTNBio sobre a soja da Monsanto dirigiu os holofotes do debate para outra frente: o direito do consumidor de escolher o que vai comer. A iniciativa de regulamentar a rotulagem dos produtos transgênicos no Brasil é do deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), que em 1997 apresentou um projeto de lei impondo condições para a comercialização de alimentos geneticamente modificados. A venda “apenas poderá ser efetivada se constar no recipiente, embalagem ou rótulo informação ao consumidor de que no processo produtivo do alimento ou de seus componentes utilizaram-se técnicas de engenharia genética”.

O projeto está parado há dois anos na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, aguardando indicação do relator. Existe uma comissão internacional — a *Codex Alimentarius Commission*, ligada à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e à Organização

Mundial de Saúde (OMS) —, formada por delegados de vários países, que discute as normas internacionais para alimentos e trata também da rotulagem dos transgênicos. O Inmetro é o contato brasileiro com a Codex, que se reúne anualmente em Otawa, no Canadá. Luiz Eduardo de Carvalho, professor da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal (RJ), participou ano passado da reunião sobre rotulagem de alimentos transgênicos como convidado da *Consumers International* (órgão internacional de defesa do consumidor, com sede em Londres). A polêmica foi tanta — conta ele — que nada ficou decidido e a votação ficou para a reunião posterior. Essas normas acordadas são uma recomendação, que os países seguem ou não. Há duas correntes sobre a questão da rotulagem: uma propõe três tipos de rótulos (não “contém OGM”, “contém OGM” e “pode conter OGM”), a outra defende a não-identificação do produto.

A soja da Monsanto, por exemplo, não seria rotulada se dependesse da empresa. Geraldo Berger explicou que a empresa é favorável à rotulagem somente quando o produto tem alterada sua composição e seus aspectos nutritivos, o que não é o caso da soja. Para que a rotulagem seja correta, o controle deve ser feito desde a colheita.

Ali os produtos já devem ser separados para que o consumidor saiba de onde está comprando, visto que em grande parte dos produtos finais, como o óleo refinado, é impossível identificar o OGM. Assim mesmo o problema persiste.

Segundo Luiz Eduardo, quem escreve as normas, em geral, não tem competência para isso. “Basta ver os rótulos incorretos que estão por aí”, diz. ☐

Fonte: *Ecologia e Desenvolvimento* 72, abril/maio 1999.

"Rodada" ou Roubada do Milênio?

Em sigilo, o governo brasileiro negocia na Organização Mundial do Comércio acordos que podem radicalizar a globalização e reduzir o Brasil a um papel ainda mais subalterno. Este documento denuncia esta nova ameaça à soberania nacional. Trata-se da reedição do Acordo Multilateral de Investimentos – AMI (cf. TEMPO E PRESENÇA 299 pp. 25-29)

Não me convidaram
Pra essa festa pobre
*Que os homens armaram pra
me convencer*
A pagar sem ver
(Cazuza, em "Brasil")

Localizado na região dos Jardins, em São Paulo, o suntuoso Hotel La Renaissance foi palco, no dia 7 de outubro, de um evento muito pouco divulgado. Algumas das autoridades mais importantes do País se encontraram com empresários influentes para tratar de um assunto que jamais foi apresentado à população. Entre os presentes estiveram o presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, e o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. O tema central em debate foi a posição do Brasil diante da "Rodada do Milênio". Os países e as corporações mais poderosas do planeta estão propondo que a Organização Mundial do Comércio

(OMC) lance em novembro uma série de negociações com objetivo de aprofundar como nunca o processo de globalização. O governo brasileiro até o momento tem-se posicionado a favor.

Na condição de membros de organizações que representam setores expressivos da sociedade, ou de integrantes do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, exigimos que esse assunto seja discutido abertamente com a opinião pública, em vez de ficar restrito a pequenos círculos.

Proposta há cerca de um ano pelo então vice-presidente da Comissão Européia, sir Leon Brittan, a Rodada é uma consequência direta da crise da economia globalizada e dos riscos de uma recessão planetária. Defensora ardorosa das novas negociações, a revista britânica *Economist* admitiu, ao lançar um caderno especial sobre o tema ano passado, que "o panorama da economia mundial deteriorou-se do estado meramente alarmante para o crítico".



Calicut

Os partidários do neoliberalismo julgam ser possível enfrentar a crise aprofundando as características atuais da globalização, em vez de revê-las

Os partidários do neoliberalismo, porém, julgam ser possível enfrentar a crise aprofundando as características atuais da globalização, em vez de revê-las. A “Rodada” é a expressão máxima deste pensamento. Seus defensores incluíram na eventual pauta dos trabalhos a discussão de acordos que permitiriam a abertura ainda maior dos países aos produtos agrícolas importados; a proibição dos subsídios que protegem a agricultura familiar; o veto às políticas de desenvolvimento em que os estados subsidiam setores industriais específicos, para garantir que sejam competitivos com a produção estrangeira; o veto às normas nacionais que impedem importação de mercadorias produzidas sem respeito aos direitos sociais ou à natureza; a privatização ampla da saúde, da educação e da previdência; a ampliação das chamadas “Leis de Propriedade Intelectual”, agora para garantir aos laboratórios multinacionais o direito de patentear também seres vivos; a permissão para que grandes empresas internacionais explorem em todo o mundo mais de 160 atividades, entre elas educação e saúde humana e animal, construção, engenharia e obras públicas, advocacia, medicina e atividades paramédicas, arquitetura, decoração, lazer e turismo, serviços imobiliários e locação, recolhimento de lixo, espetáculos, bibliotecas, arquivos e museus, edição, publicidade e impressão e transportes por todas as vias imagináveis, inclusive espaciais.

Aceitar acordos que ampliam a liberdade do dinheiro e restringem a das sociedades e nações seria hoje um disparate maior que em qualquer outro momento. Em meados de setembro, duas instituições internacionais — o Banco Mundial e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) — divulgaram relatórios esclarecedores sobre a globalização. No período que vem do final da década passada até hoje, e que corresponde ao auge das políticas neoliberais, o número de pessoas obrigadas a sobreviver com menos de um dólar por dia pulou de 1,2 bilhão para 1,5 bilhão, e já representa 25% da população do planeta. Além disso, o ritmo de desenvolvimento caiu em todo o mundo, mas foi especialmente medíocre nos países pobres.

Alarmadas com os riscos evidentes de uma radicalização desse processo, as sociedades começaram a reagir. Circula nos cinco continentes, e já obteve mais de mil adesões em 81 países, um abaixo-assinado internacional contrário à “Rodada”. Mais de mil organizações e personalidades empenhadas na proteção dos direitos humanos, do

meio ambiente, das garantias dos trabalhadores, das conquistas das mulheres e das prerrogativas dos consumidores pedem o que para alguns parece impossível. Sugerem que os governos... reflitam! Lembrem que o modelo de globalização seguido até agora provocou “instabilidade internacional crescente, colapso de economias nacionais, agravamento da desigualdade entre as nações e em seu interior, degradação social e ambiental cada vez maiores”. E propõem: em vez de dar um passo a mais, não é o momento de repensar a caminhada?

Entre 30 de novembro e 3 de dezembro, os governos dos 134 países que compõem a OMC estarão reunidos em Seattle (EUA) para decidir sobre a “Rodada”. No mesmo período, manifestação internacional, em que está prevista a presença de dezenas de milhares de pessoas, dirá não à “Rodada” e sim a um exame democrático da globalização.

*Não me ofereceram
Nem um cigarro
Fiquei na porta estacionando os carros
(Idem)*

Sócio subalterno da globalização até o momento, o Brasil teria uma oportunidade de ouro para virar o jogo. Se até as autoridades são obrigadas a reconhecer que o País está perdendo empregos, que a economia se desnacionaliza e que o Estado tornou-se impotente para assegurar condições de

Segundo a revista
britânica *Economist*,
o panorama da
economia mundial
deteriorou-se do estado
meramente alarmante
para o crítico

vida dignas para todos, por que não se somar ao movimento que pede a revisão dos rumos?

Até o momento, contudo, a posição do governo tem sido uma mescla de silêncio, mistificação e autoritarismo. Em diversas ocasiões, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, admitiu que a posição dos países como o Brasil é muito difícil numa eventual "Rodada". A saída não seria... mobilizar a sociedade e buscar alianças com países que enfrentam problemas semelhantes?

É muito estranho, mas o governo a que Lampreia pertence tem insistido no caminho oposto. Nenhum esforço se fez até o momento para que a sociedade ou o Congresso Nacional debatam em profundidade o tema, e para que o Brasil leve a Seattle a força de uma posição debatida entre seus 160 milhões de habitantes. Nenhuma solidariedade se prestou até o momento a países como a Índia, que resistem à pauta da "Rodada" sob risco de retaliações.

Ao contrário. O objetivo essencial do governo parece ser o de evitar que a sociedade se posicione. Nenhuma das diversas posições apresentadas oficialmente pelo Brasil à OMC até agora foi debatida com o País ou mesmo com o Legislativo. Em vez de propor a discussão ao Parlamento, o Executivo promove ou participa de encontros fechados, para os quais são convidados os setores sociais que teoricamente ganhariam com a "Rodada". Nessas

reuniões mal iluminadas, o ministro Lampreia tem proposto algo que não se atreve a dizer a públicos mais amplos. Num mundo globalizado, restaria ao Brasil a condição de exportador de produtos agrícolas, especialmente os tropicais. Por isso, nosso parceiro preferencial seriam os Estados Unidos, que defendem, entre outros pontos, a abertura completa dos mercados agrícolas. Quinhentos anos após o "descobrimento", retrocederíamos à condição de produtores de especiarias...

*Brasil
Mostra a tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil
Qual é o teu negócio?
O nome do teu sócio?
Confia em mim*

*Grande pátria desimportante
Em nenhum instante
Eu vou te trair.
(Idem)*

Defendemos o direito de manifestação de todos. O presidente da República, o presidente do Congresso e o ministro das Relações Exteriores devem se

encontrar com quem quiserem. Mas o debate em torno da "Rodada" do Milênio não pode excluir a sociedade brasileira.

Ouvimos tantas vezes a mesma velha resposta que já desconfiamos dela. A globalização não é inevitável, muito menos as características de exclusão que ela assumiu. Rico em recursos naturais e em força de trabalho, herdeiro de tradições culturais que incluem uma relação privilegiada com a natureza e uma notável capacidade de adaptação a situações inusitadas, o Brasil não pode se limitar ao papel estreito que lhe reserva o neoliberalismo. Como nada de bom se fará sem democracia verdadeira, o primeiro passo é abrir, para toda a sociedade brasileira, o debate sobre a "Rodada" do Milênio. É o que estamos propondo — e cobrando. ☐

ATTAC Associação por uma Taxação das Transações Financeiras para Apoio aos Cidadãos
Movimento dos Sem-Terra (MST)
Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Sempre-Viva Organização Feminista (SOF)
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES)
Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG)

Fonte: Antonio Martins
(<http://www.resenha.com.br>)

Entre a igualdade e a diferença

Marcelo Gustavo de Souza

Em um quadro caracterizado pela diversidade de tempos, valores e culturas, a escola se defronta com um desafio importante. Considerada um importante mecanismo social de normatização, a escola deve refletir sobre uma pedagogia crítica, cabendo aos educadores trabalhar o ideal de igualdade e o respeito às diversidades

Entre tantas características da sociedade atual, talvez a mais marcante seja o processo chamado de globalização ou, em outras palavras e de forma bem resumida: o fato de nosso planeta estar ficando cada vez menor. Mais do que em outras épocas, a revolução tecnológica — liderada pela informática e pelas telecomunicações — tem alterado profundamente a nossa noção de tempo e de espaço. O trânsito de informações, pessoas, produtos e capi-

tais ocorre hoje com uma velocidade impensada algumas décadas atrás. Segundo Gilberto Gil, “Antes mundo era pequeno/ porque terra era grande,/ hoje mundo é muito grande/ porque terra é pequena,/ do tamanho da antena *parabolicamará*”.

MUNDO GRANDE E TERRA PEQUENA: ENCONTROS E DESENCONTROS

Um dos resultados da globalização tem sido, sem dúvida, a intensificação dos encontros — e também dos desencontros — entre as diversas culturas desta terra já pequena. Esses encontros e desencontros vêm favorecendo movimentos diferentes e até mesmo opostos; vêm, por exemplo, promovendo a descoberta e a valorização de novas identidades e expressões culturais, como também reforçando a universalização do *american way of life* (a maneira americana de viver).

O encontro de culturas, então, pode ter um caráter dialógico e/ou de dominação, pode promover a valorização das diferenças e/ou pode abafá-las num processo de homogeneização cultural, no melhor estilo Nike, Coca-Cola e Mc Donald's. Creio que o segundo tipo, lamentavelmente, tem sido mais freqüente, pois cresce, de forma assustadora, a cultura urbana e ocidental, difundida principalmente pela mídia e pelo consumo.

Esses encontros desiguais têm muitas vezes intensificado os processos de marginalização de grupos sociais, ét-

nicos e culturais minoritários. Com isso, percebem-se também o fechamento e a recusa ao diálogo por parte desses grupos, pois se sentem ameaçados em sua identidade cultural. A realidade dos guetos presente nas grandes cidades e os conflitos que surgem em torno deles são exemplos do desencontro, do fechamento e da exclusão.

Dentro desse quadro, é imprescindível que se considere toda a complexidade provocada pela migração em busca de sobrevivência, emprego e riqueza. Tomemos, por exemplo, o caso dos milhares de latinos — sobretudo mexicanos, cubanos, porto-riquenhos e brasileiros — que “invadem” os Estados Unidos. Ora, não podemos negar que as grandes migrações de populações pobres provocam hostilidades naqueles que as recebem. Todos nós sabemos que o preconceito contra latinos é grande nos Estados Unidos, como o é também contra os marroquinos na França ou contra os nordestinos no “Sul Maravilha” (São Paulo e Rio).

Para além da homogeneização cultural, do fechamento e da intolerância, o aspecto positivo desencadeado pela globalização tem sido a organização e o desenvolvimento de políticas de afirmação de identidades, promovidas sobretudo por grupos sociais, étnicos e culturais historicamente marginalizados. Essas organizações e movimentos são uma forma de resistência ao processo de homogeneização cultural. Assim, podemos perceber um cresci-

é um importante mecanismo social de normatização.

Também não é novidade falar do abismo existente entre a cultura escolar (com suas disciplinas rigidamente separadas e hierarquizadas, suas avaliações, seus tempos e ritmos) e a cultura de referência dos alunos (marca-

se esquivar, pois, a partir dessas novas temáticas, muitos educadores já perceberam que a escola tem sido, muito mais, um instrumento de exclusão do que de socialização.

Apesar de todas as críticas a esse modelo normatizador e homogeneizador de escola, ninguém discorda que a educação tem um papel fundamental a desempenhar na construção e na valorização de um mundo verdadeiramente plural no qual caibam todos, no qual todas as culturas, etnias e identidades sejam respeitadas. O que se critica aqui não é a escola, mas a forma como tradicionalmente nós a entendemos.

A partir de uma perspectiva menos normativa, a escola é vista como espaço de vivência de todo tipo de aprendizagem que os alunos obtêm como consequência de estarem sendo escolarizados e socializados. Sendo assim, uma proposta de educação que leve em conta a pluralidade de culturas, de valores, de tempos e de ritmos não deve se limitar apenas a introduzir na prática educativa novos conteúdos, como, inocentemente (?!), chegam a propor algumas reformas educativas. Uma proposta que vise articular seriamente a cultura escolar e a diversidade cultural dos alunos deve levar a uma análise da linguagem dos professores, dos exemplos utilizados, das relações entre os alunos e os preconceitos presentes no ambiente escolar, nos conteúdos curriculares, na formação dos professores e nos materiais didáticos.

Apesar de os professores terem sido, historicamente, formados para lidar com o único — currículo único, normas únicas, métodos únicos, provas únicas, escola única e igual para todos, tratamento único dos processos de ensino e aprendizagem — muitos têm demonstrado, nas últimas décadas,



J.R. Ripper

mento e maior organização de grupos que buscam a valorização e a afirmação de suas identidades e de suas culturas, tais como os grupos: de indígenas, de cultura negra, da terceira idade, de mulheres, de jovens, de homossexuais, de trabalhadores rurais sem-terra, etc.

ESCOLA, DIVERSIDADE E CULTURAS

Diante dessa realidade, provocante e inevitável, como fica a escola? como se situa? Alguns pesquisadores vêm analisando a tradicional dificuldade que a educação escolar tem em trabalhar a diversidade de tempos, de ritmos, de valores e de culturas. Sabemos que os padrões de funcionamento da escolarização tendem à homogeneização cultural e que a escola tem sido e

da, cada vez mais, pelo mundo da música, da TV e do videogame, do trabalho e da violência). Reclamações de alunos e professores sobre conteúdos inúteis e o afastamento da escola da realidade social já são recorrentes. A distância entre escola e realidade, entre cultura escolar e cultura dos alunos, tende a ser ainda maior quando nos referimos aos grupos sociais, étnicos e culturais marginalizados, pois a escola foi historicamente construída a partir de um modelo de aluno: o da classe média branca identificada com os valores ocidentais cristãos. Dentro desse modelo cabem alguns e não todos. Dentro desse modelo alguns obtêm o sucesso, outros a reprovação.

É nesse sentido que a diferença cultural tem-se apresentado como uma problemática da qual a escola não pode

sensibilidade para incorporar novas temáticas nas aulas, novos conteúdos e saberes nos currículos, novas fontes de informação, novas linguagens e novos processos de construção do conhecimento. É devido à sensibilidade, à criatividade e ao compromisso de inúmeros profissionais da educação que os efeitos de uma escola igualitarista — e não igualitária — não são ainda mais perversos.

POR UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: IGUALDADE E DIFERENÇA

Se uma escola igualitarista, ou seja, um modelo indiferente à diversidade de culturas, de identidades, de etnias, de ritmos e capacidades dos alunos, tem demonstrado seus limites, isso não significa que estejamos defendendo escolas “diferencialistas”, ou seja, só para mulheres, só para negros, só para filhos de migrantes (para nordestinos em São Paulo, por exemplo) e assim por diante. Sem dúvida, a solução não está em passar de um extremo a outro. Nem uma escola que seja cega às diferenças culturais em nome de um igualitarismo abstrato, muito menos uma escola que só enxergue as diferenças e se feche em guetos. Até porque algumas questões seriam de difícil resolução, tais como: onde se deveriam matricular as meninas negras, nas escolas para meninas ou para negros? e os meninas nordestinas negras, qual escola deveriam frequentar?

Se nem um extremo nem outro é aceitável, um grande desafio persiste para educadores comprometidos com uma pedagogia crítica: como trabalhar o ideal de igualdade e o respeito às diversidades? Diante do desafio, o perigo está no fato de — em nome da igualdade — as diferenças serem encaradas como patologia, déficit cultural, incapacidade, deficiência de apren-

A distância entre a escola e realidade, entre cultura escolar e cultura dos alunos, tende a ser ainda maior quando nos referimos aos grupos sociais, étnicos e culturais marginalizados

dizagem. Esse argumento serviu, ao longo da história da educação, como explicação e justificativa para o fracasso escolar. Outro perigo está no fato de — em nome do respeito às diferenças — se rejeitar uma base de ensino comum e igual para todos os estudantes.

Nesse sentido, muito se tem defendido que o sistema educativo não tem por função selecionar, mas integrar. Não excluir, mas incluir. Pois, ser diferente não significa ser incapaz de aprender. E ter uma base comum de conhecimentos não significa ignorar as diferenças presentes na escola. É dentro dessa perspectiva que vão surgindo algumas propostas educacionais chamadas interculturais, segundo as quais a escola é um espaço de relação de culturas, de diversas culturas. Na perspectiva de uma educação intercultural, outro desafio que se apresenta para os educadores é sobre como promover o diálogo entre as diferentes culturas presentes no cotidiano das escolas: a cultura escolar e a dos alunos, o saber científico e o popular, a cultura do livro e a da imagem, a cultura negra e a dos nordestinos, a cultura da favela e a da periferia, a cultura do silêncio e da violência, etc. Nessa mesma direção, importante questão está colocada: como a diversidade cultural interfere nos processos de socialização e de construção dos conhecimentos dentro do ambiente escolar?

Se a nossa escola opta por ser uma instituição homogeneizadora, de um tipo único de brasileiro, trabalhador, ordeiro e cidadão, então a diversidade passa a ser destacada como uma anomalia, uma deficiência, uma barreira a esse papel homogeneizador esperado da instituição escolar. Se, no entanto, a escola opta por reconhecer a diversidade existente, então considero que o desafio maior será trabalhar pedagogicamente a diversidade sem desvencilhá-la da luta por qualidade em educação e igualdade de acesso, de oportunidades e de desenvolvimento de todos dentro do sistema escolar. Sem dúvida, a segunda hipótese — que é a perspectiva de uma educação intercultural — é a mais complexa.

Apesar de todas as dificuldades que se apresentam, os encontros e os desencontros entre grupos sociais, étnicos e culturais diferentes num mundo globalizado são realidades das quais não podemos nos furtar. A escola, portanto, pode dar duas importantes e urgentes contribuições. A primeira é reforçar a crítica a uma visão de mundo pela qual o próprio grupo é tomado como centro de tudo, colaborando, assim, com o combate à intolerância, ao etnocentrismo, à xenofobia, ao racismo, à homofobia, ao sexismo e a todo tipo de preconceito. A segunda é desenvolver práticas educativas que articulem a igualdade e a diversidade, o global e o local, o universal e o particular, superando os sentimentos de estranheza, medo e hostilidade, tão comuns aos homens e mulheres deste fim de milênio. ☐

Marcelo Gustavo de Souza, licenciado em Filosofia e mestrando em Educação pela PUC-Rio.

Contra a corrupção eleitoral

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular contra a corrupção eleitoral, que visava dar à Justiça Eleitoral condições de coibir com mais eficácia o crime da compra de votos de eleitores, agora é lei. TEMPO E PRESENÇA procurou contribuir com a Comissão de Justiça e Paz nesta iniciativa, divulgando-a em sua edição n. 304 (março/abril)

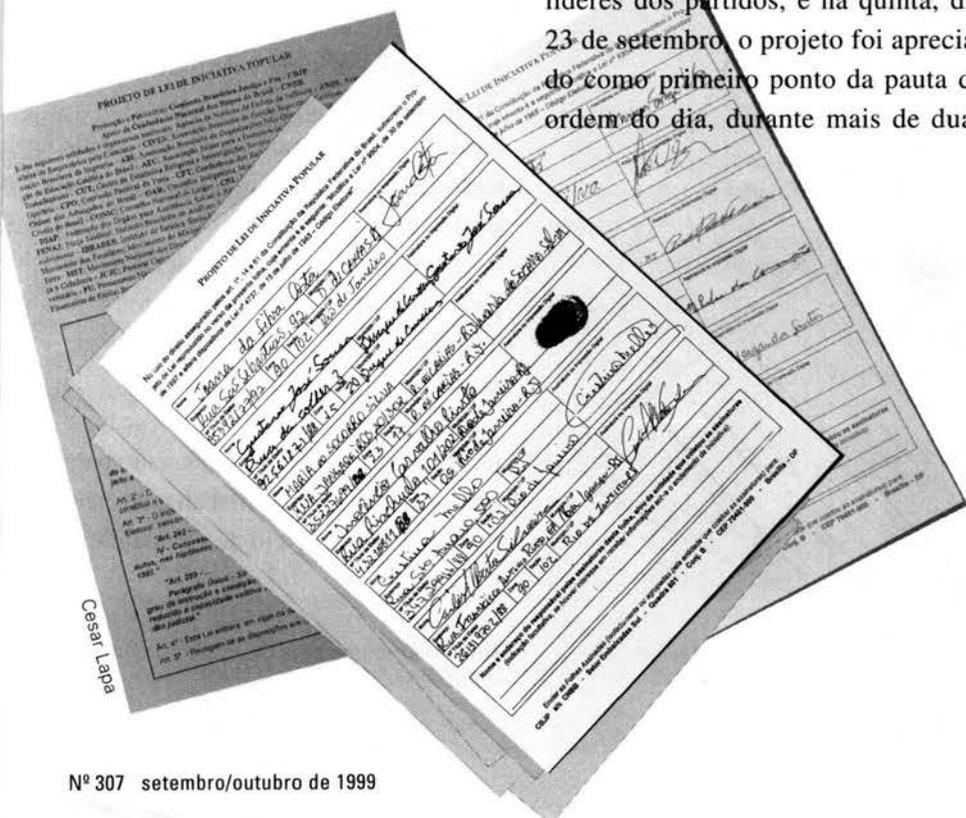
Subscrito por mais de um milhão de brasileiros, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular tramitou na Câmara e no Senado e foi sancionado com uma rapidez recorde: no total, quarenta dias. Apresentado em 10 de agosto, começou a tramitar na Câmara no dia 18, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça dia 8 de setembro e pelo plenário no dia 21, às 14h. Às 15h ele já se encontrava no Senado, sendo lido na sua sessão da mesma tarde e imediatamente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que o aprovou na quarta pela manhã (dia 22).

Na tarde da quarta foi aprovado pelo plenário do Senado um requerimento de urgência, apresentado pelos líderes dos partidos, e na quinta, dia 23 de setembro, o projeto foi apreciado como primeiro ponto da pauta da ordem do dia, durante mais de duas

horas de discussão, e aprovado às 13h45m desse mesmo dia, seguindo imediatamente para a sanção presidencial. O Presidente da República sancionou a lei em 28 de setembro. Publicada no Diário Oficial da União do dia 29, ela vai, portanto, vigorar nas eleições de 1º de outubro de 2000.

Sem sombra de dúvida essa rapidez foi devida à força que mostrou ter uma Iniciativa Popular de Lei, aliada à oportunidade da proposta. O milhão de subscritores exprimiu um grande anseio nacional pelo fim da corrupção em nosso país.

O texto finalmente aprovado incorporou as preocupações que os deputados levantaram nas quase duas horas de discussão que culminaram com a aprovação do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no dia 8 de setembro, as questões apresentadas no plenário da Câmara na quinta-feira, dia 16, e por fim as propostas feitas em mais duas horas de discussão em reunião de líderes com o presidente da Câmara, antes da sessão extraordinária convocada especialmente para deliberar sobre o projeto no dia 21 de setembro. A Comissão Justiça e Paz acompanhou todas essas discussões, e os membros do Grupo de Trabalho da CBJP que elaborou o Projeto participaram, diretamente ou por telefone, dos momentos mais importantes.



CONFIRA O TEXTO DA LEI

O texto publicado no Diário Oficial de 29 de setembro de 1999 é o seguinte:

Lei n. 9.840, de 28 de setembro de 1999

Altera dispositivos da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997 e da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral

O presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – A Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 41-A – Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de 1.000 a 50.000 UFIRs e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64/90.”

Art. 2º – O § 5º do art. 73 da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73 –”
§ 5º – Nos casos de descumprimento dos incisos I, II, III, IV e VI do caput, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma.” (NR) “.....”

Art. 3º – O inciso IV do art. 262, da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 262 –”
IV – Concessão ou denegação do diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 desta Lei, e do art. 41-A da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997.” (NR)

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revoga-se o § 6º do art. 96 da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997.

Brasília, 28 de setembro de 1999, 178ª da Independência e 111ª da República.

Fernando Henrique Cardoso
José Carlos Dias

As mudanças introduzidas no texto — além das que visavam adequá-lo aos atuais preceitos da técnica legislativa — tornaram-no mais completo e mais preciso, sem desvirtuar a substância da proposta.

- Foi suprimida a possibilidade do perdão judicial para eleitores enganados, uma vez que ela abriria espaço para abusos, e já existe na legislação a figura do “estado de necessidade”, que permite que se deixe de condenar o eleitor sem retirar sua responsabilidade no ato de corrupção.

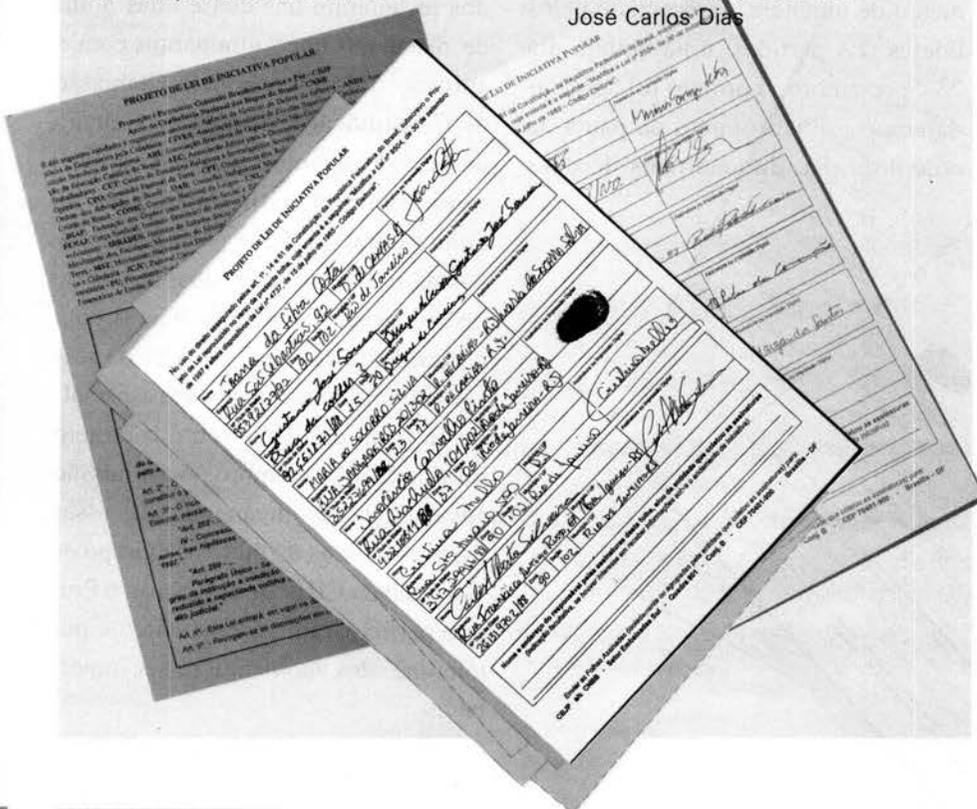
- Foi ressalvada a possibilidade, já assegurada pela lei, de se fazerem gastos que sejam efetivamente de propaganda eleitoral, como distribuição de camisetas, bonés, distintivos, e que não caracterizam uma compra de votos.

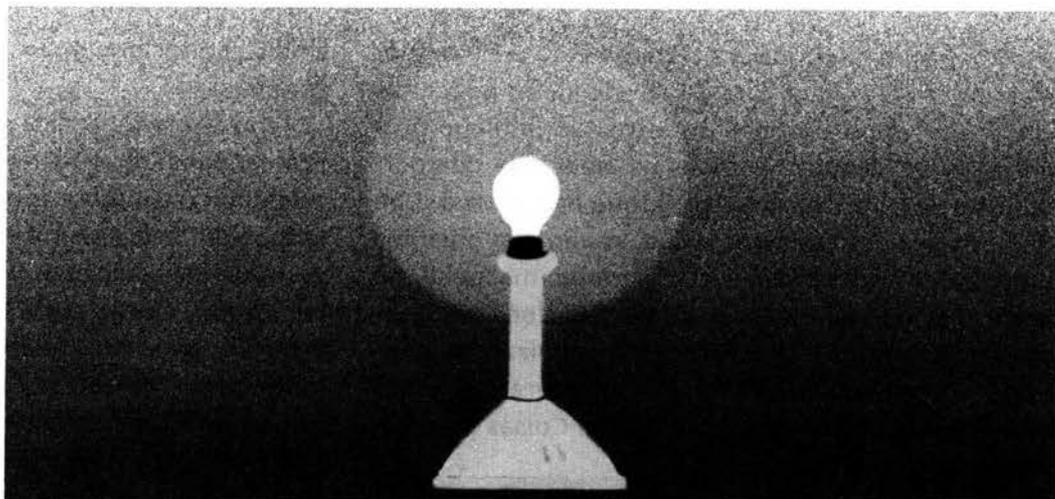
- Foi enunciado com maior precisão o procedimento para se punir um candidato, assegurando-lhe condições de defesa ao mesmo tempo que permitindo melhor produção de provas, e continua a ser rápido: a cassação do registro ocorrerá antes da eleição ou, em último caso, antes da diplomação.

- Corrigiu-se uma insuficiência da atual lei eleitoral quanto à necessidade de o próprio candidato ser notificado de infrações cometidas, e não somente seu partido.

Em suma, com a aprovação desse projeto de lei avançaremos muito rumo à completa eliminação desse flagelo de nossa democracia que é a compra de votos. A tarefa, após a aprovação, é torná-lo cada vez mais conhecido para que a aplicação seja fiscalizada pelo povo, como exercício de cidadania. ☺

Texto distribuído pela Comissão de Justiça e Paz.





Martha Strauch

Dor-de-idéia? Tome filosofia uma vez por dia...

Você está com uma dor de dente. O dentista examina o dente e lhe diz que não tem jeito. A solução é arrancar o dente. Anestesia e boticão, o dente é arrancado. A dor desaparece. Você deixa de sofrer. Esse é um paradigma de como são resolvidos os problemas que têm a ver com coisas concretas: a lâmpada que queimou, o ralo que entupiu, a unha que encravou, o motor que fundiu, a perna que quebrou: são as dores-de-coisas. Dores-de-coisas se resolvem tecnicamente, cientificamente.

A coisa fica diferente quando a dor que você tem é uma dor-de-idéia. Dor-de-idéia dói muito. São dores-de-idéia a idéia de perder o emprego, a idéia de ser feio, a idéia de ser burro, a idéia de que o filho vai morrer num desastre, a idéia de que Deus vai mandá-lo para o inferno, a idéia de que quem você ama vai traí-lo. Dores-de-idéia são terríveis: dão ansiedade, pânico, insônia, diarreia.

Virou moda falar em realidade virtual, como coisa inventada por computadores e eletrônica. Mas ela é velhíssima. Apareceu com o primeiro pensamento. Idéias são realidades virtuais. Realidade virtual é uma coisa que parece ser mas não é. Se parece ser mas não é deve ser inofensiva. Errado. As realidades virtuais produzem dor-de-idéia.

Quando a gente tem uma idéia, sabe que é só idéia, sem substância física, e a despeito disso ela nos causa dor-de-idéia, dizemos que é neurose. O neurótico sabe que o dragão que corre atrás dele é de mentirinha, não existe. Não obstante, essa mentirinha faz a adrenalina esguichar no sangue e o coração dispara.

Liguei a tevê. Filme de ficção científica. Eu sabia que tudo era mentira. Aquelas coisas não existiam como realidade. Tinham sido produzidas num estúdio, diante de uma câmera. Mas eu comecei a sofrer dor-de-idéia. Uma terrível ansiedade: "Meu Deus, o escorpião negro vai picar a moça!" "Burro! Burro!" eu me dizia, num esforço de gozar o filme. "É tudo mentira! Ria! Relaxe!" Inutilmente. Nós, os humanos, temos essa horrível e maravilhosa capacidade de sofrer pelo que não existe. Somos neuróticos.

Quando uma pessoa se sente perseguida pelo mesmo dragão que perseguiu o neurótico, com adrenalina no sangue e coração disparado, mas além disso fica todo chamuscado pelo fogo que sai da boca do dragão, dizemos que ela é psicótica. O psicótico não separa o virtual do real. Para ele a idéia é coisa. Pensou, é real.

Porque as dores-de-idéia são tão ou mais dolorosas que as dores-de-coisas, os homens têm estado,

desde sempre, procurando técnicas para acabar com elas. As terapias para cura de dor-de-idéias podem se classificar em dois grupos distintos. No primeiro grupo estão as terapias baseadas na crença de que dor-de-idéia se cura com uma coisa que não é idéia. Chá de hortelã, refresco de maracujá, as variadas misturas preparadas pelo *barman*, um cigarrinho, maconha, pó branco, os "Florais de Bach", as poções e pós sem conta da farmacologia psiquiátrica, tranqüilizantes, anti-depressivos, estupidificantes, sonoterapia. Essas entidades não são idéias. São coisas. Coisas para curar idéias.

Os psiquiatras ficarão bravos comigo. Eles têm raiva dos "Florais de Bach" — que acusam de anticientíficos. Como posso eu colocar os seus bioquímicos científicos junto aos "Florais de Bach"? As receitas são diferentes, os pressupostos são os mesmos: idéia se cura não com idéia mas com coisa. O fato é que o sonho da psiquiatria é ter uma botica parecida com a botica dos "Florais de Bach": líquidos diferentes, em vidrinhos diferentes, possivelmente com cores diferentes, para evitar equívocos, cada um para uma dor-de-idéia. Raiva: líquido verde. Apatia: líquido cinza. Depressão: líquido roxo. Complexo de inferioridade: líquido azul. Medo de impotência: líquido vermelho. Eu acho que as cores variadas podem até influenciar na cura.

O outro grupo acredita diferente: idéia se cura com idéia. Os remédios da psiquiatria são potentes. Eu mesmo já me vali deles, com excelentes resultados. O problema são os efeitos colaterais. É possível que, passado o efeito da droga, voltem as dores-de-idéia. Por vezes, para se tirar a dor-de-idéia, a pessoa fica abalhada. E, se o resultado for maravilhoso, e a pessoa ficar totalmente feliz, ela ficará também totalmente idiota. As pessoas totalmente felizes não conseguem pensar pensamentos interessantes. É preciso ter um pouquinho de dor para que o pensamento pense bonito.

(O meu vôo estava sendo tranqüilo. Aí telefone tocou. Uma voz: "Má notícia para lhe dar. Das Edições Loyola. O padre Galache morreu." Uma imensa dor-de-idéia. Sim, porque ao meu redor tudo continua o mesmo. É uma idéia que me dói — dor-de-idéia que não é para ser curada. É para ser sofrida. Saber sofrer é parte da sabedoria de viver. O padre Galache era meu

amigo. Editor dos meus livros. Plantarei uma árvore para ele.)

Terapias para cura de dor-de-idéias. Rezas: a repetição sonambúlica do terço tem o efeito terapêutico de entupir o pensador com palavras sem sentido, quem reza sonambulicamente não pensa: se não pensa, as dores-de-idéia não aparecem. Meditação transcendental. Cantar. Quem canta seus males espanta. Ah! Os maravilhosos efeitos terapêuticos dos "Corais de Bach" (note bem: "corais" e não "florais") que ouço para colocar em ordem a alma.

Conversa tranqüila. Confissão. Magia. Psicanálise, essa "conversa curante": se só pode chegar às idéias por meio de idéias. Filosofia. Nem toda. Há uma filosofia que me torna pesado. Afundo. É a filosofia acadêmica que se faz profissionalmente. Todos os que estão escrevendo teses de filosofia sofrem de dores-de-idéias. A filosofia acadêmica pode emburrecer. Se houver ocasião, falaremos sobre o assunto. Mas há uma filosofia alegre, que me faz levitar. Quer levitar? Filosofe. Para fazer levitar a filosofia não pode nascer da cabeça. Ela tem de nascer das entranhas. Tem de ser escrita com o sangue. A gente lê e o corpo estremece: ri, espanta-se, tranqüiliza-se, assombra-se. Muita filosofia que, no seu nascimento, era coisa viva, sangrante, suco do pensador, nos cursos de filosofia se tornam "disciplinas", grão duro, sem gosto, a ser moído. O aluno é obrigado a estudar para passar nos exames. Filosofia terapêutica há de ser feita com prazer.

Kolakowski, filósofo polonês, compara o filósofo a um bufão, bobo da corte, cujo ofício é fazer rir. O filosofar *amansa* as palavras: aquela cachorrada feroz que latia, ameaçava e não deixava dormir se transforma em cachorrada amiga de caudas abanantes. O filosofar ensina a surfar: de repente, a gente se vê deslizando sobre as ondas terríveis das dores-de-idéias. Também serve para pôr luz no escuro. Quando a luz se acende o medo se vai. Muita dor-de-idéia se deve à falta de luz. Os demônios fogem da luz. Wittgenstein diz que filosofia é contrafeitoço. É boa para nos livrar das dores-de-idéia, produtos de feitiçaria: há tantos feiticeiros e feiticeiras soltos por aí, tão bonitos: é só acreditar para ficar enfeitado...

A filosofia nos torna desconfiados. Quem desconfia não fica enfeitado. Palavra de mineiro. Pois fica, assim, um convite para brincar de filosofar... ☺



CARTA DO POVO PATAXÓ ÀS AUTORIDADES BRASILEIRAS

Nós, representantes dos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hã reunidos entre os dias 16 e 18 de agosto de 1999, lideranças do nosso povo, discutimos os problemas por que passam hoje as comunidades indígenas, principalmente na luta pela demarcação de nossa terra. Nesta assembléia do Conselho de Caciques, nós confirmamos a necessidade de ampliação e recuperação do nosso território tradicional, dentre este a área que compreende parte das aldeias Boca da Mata, Barra Velha, Corumbauzinho, Meio da Mata e Águas Belas, aldeias ao redor do Parque Nacional do Monte Pascoal, terra dos nossos antepassados que hoje está sendo recuperada por nosso povo.

Depois de muita conversa bonita, cansados de esperar por nossos governantes e conscientes de que o suposto Parque Nacional está dentro dos limites de nossa terra, conforme a história dos nossos anciãos, decidimos imediatamente RETOMAR o nosso território neste dia 19 de agosto de 1999, quinta-feira, protegidos pela memória dos antepassados, protegidos pelo direito constitucional e forçados a dar respostas aos atos falhos do Estado brasileiro e aos seus governantes que nunca olharam nem se preocupam com a nossa situação. É impossível falar em comemoração dos 500 anos de invasão de nossa terra sem lembrar do sofrimento e violência contra os povos indígenas até os dias de hoje; a falta de uma assistência adequada e o descaso total dos órgãos responsáveis também motivaram a nossa decisão.

Nosso principal objetivo é garantir a nossa terra; pretendemos transformar o que as autoridades chamam de Parque Nacional do Monte Pascoal em Parque Indígena, terra dos Pataxó, para preservá-lo e recuperá-lo da situação que hoje o governo deixou a nossa terra depois de anos nas mãos do IBDE (atual Ibama), que nada fez a não ser reprimir os índios e desrespeitar os nossos direitos.

Queremos deixar claro para a sociedade brasileira, para os ambientalistas, para as demais autoridades que não somos destruidores da floresta, como tem sido proclamado pelo chefe do Parque, que muito tem desrespeitado os nossos direitos. Queremos também contar com o apoio de todos, entidades, igrejas, parlamentares, órgãos federais, estaduais e municipais para construir o futuro do nosso povo dentro do nosso território tradicional. Vamos celebrar os 500 anos em nossa terra. Receberemos os nossos parentes do todo o Brasil aqui, no Monte Pascoal, único local possível para construirmos o futuro com dignidade.

Solicitamos que a Procuradoria da República e a imprensa em geral possam acompanhar os nossos trabalhos nestes primeiros meses, dentro de nossa terra. Mais uma vez pedimos o apoio de toda a sociedade brasileira.

O MONTE PASCOAL É TERRITÓRIO DOS PATAXÓ!!

Aldeia do Monte Pascoal, 19 de agosto de 1999

Assina o Conselho de Caciques Pataxó